



ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

**Impacto no Turismo da Região Demarcada do Alto Douro
Vinhateiro, após a classificação de Património Mundial da
Humanidade pela UNESCO**

Carlos Alberto Fernandes de Sousa

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo Gestão de Empresas.

Orientada por:

Professora Doutora Paula Odete Fernandes

Professora Doutora Ana Paula Monte

Bragança, Maio de 2013.



ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

**Impacto no Turismo da Região Demarcada do Alto Douro
Vinhateiro, após a Classificação de Património Mundial da
Humanidade pela UNESCO**

Carlos Alberto Fernandes de Sousa

Professora Doutora Paula Odete Fernandes

Professora Doutora Ana Paula Monte

Bragança, Maio de 2013.

RESUMO

Região do Alto Douro Vinhateiro (ADV), classificada como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO desde 14 de Dezembro de 2001, encontra-se constituída por treze concelhos ao longo das encostas do rio Douro e seus afluentes, Varosa, Corgo, Távora, Tordo e Pinhão. Aquando da sua classificação, as expectativas geradas foram elevadas, esperando-se por exemplo um aumento da atracção turística, impulsionada por uma maior divulgação e visibilidade da região, pretendendo-se ainda que a mesma fosse a alavanca do desenvolvimento económico para a região.

Deste modo com o presente trabalho pretendeu-se verificar e analisar o impacto no turismo, após a atribuição de classificação de Património Mundial da Humanidade, por parte da UNESCO, à região Demarcada do Alto Douro Vinhateiro. O estudo recaiu sobre um período de transição entre, o antes e o após a classificação de Património Mundial da Humanidade da região Demarcada do Alto Douro Vinhateiro, com vista a verificar o impacto que esta provocou nesse período. Para tal calcularam-se alguns indicadores da actividade turística, no período compreendido entre 1995 e 2009.

Os resultados obtidos revelaram que se registaram aumentos pouco significativos, nomeadamente a nível da permanência média e da Taxa de crescimento média anual (TCMA) de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros. Apesar da pequena variação da TCMA, existe uma variação muito acentuada no período de 1998 a 2000 que poderá estar associada ao evento da EXPO98 e à forte divulgação que o país sofreu nesse evento. Relativamente à oferta, e mais concretamente à capacidade dos estabelecimentos hoteleiros, observou-se um aumento muito significativo no período de 1999 a 2003, que poderá estar relacionado com a classificação da região pela UNESCO e com o resultado da forte divulgação que se exerceu na EXPO98. Analisou-se a distribuição da capacidade de alojamento em relação à região norte, douro e ADV, na qual se observou que o ADV representa 95% do total da região do douro. Relativamente à procura analisou-se o índice de preferência o qual recai sobre a região do Porto, ficando o ADV a meio de uma tabela onde se incluem as várias regiões de turismo do norte. A partir de 2005 os indicadores sofrem uma variação positiva mais significativa, resultado provável de um trabalho de maior divulgação desenvolvido pelas entidades locais e pelo próprio Turismo de Portugal.

Palavras-Chave: Turismo; Procura e Oferta Turística; Património Mundial da Humanidade; Região do Alto Douro Vinhateiro (ADV).

ABSTRACT

Alto Douro Wine Region, classified as a World Heritage site by UNESCO since December 14, 2001, is composed of thirteen counties along the slopes of the Douro River and its tributaries, Varosa, Corgo, Távora, Tordo and Pinhão. Upon classification, the expectations generated were high, expecting such an increase in tourist attraction, stimulated by greater disclosure and visibility in the region, is also intending it to be the lever of economic development for the region.

With this research it was intended to check and analyse the impact on tourism, after assigning the classification of World Heritage Site, by UNESCO, the demarcated region of Alto Douro Wine Region (ADWR). The study fell on a transition period between the before and after classification of the World Heritage demarcated region of ADWR, in order to determine the impact that this has caused in this period. For this we calculated some indicators of tourism activity, recorded in the period between 1995 and 2009.

The results revealed that there were no significant increases, particularly in terms of average stay and Average Annual Growth rate (AAGR) of overnight stays in hotel establishments. Despite the small variation of AAGR, there is a great variation in the period between 1998 and 2000 that may be associated with the event of EXPO98 and strong disclosure that the country suffered in this event. Regarding supply, and more specifically the ability of hotel establishments, there was a dramatic increase from 1999 to 2003, which may be related to the classification of the region by UNESCO and with the result of strong disclosure that exerted in the expo EXPO98. We analyzed the distribution of accommodation capacity in relation to the north, and douro, ADWR, in which it noted that the ADWR represents 95% of the total of the Douro region. Over demand analyzed the preference index which falls on the Porto region, getting the ADWR the middle of a table which includes the various tourism regions of the north. From 2005 the indicators suffer a more significant positive change, the result of a work of greater disclosure developed by local authorities and by the Tourism of Portugal.

Keywords: Tourism; Tourist Supply and Demand; World Heritage Site; Alto Douro Wine Region (ADWR).

RESUMEN

Alto Duero región vinícola, clasificado como Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO desde 14 de diciembre 2001, está compuesto por trece condados al largo de las laderas del río Duero y sus afluentes Varosa, Corgo, Távora, Tordo y Pinhão. Tras la clasificación, las expectativas generadas eran altas, esperando un incremento de interés turístico, impulsado por una mayor conciencia y visibilidad en la región, con la intención de que sea la palanca de desarrollo económico para la región.

Se pretendía con este trabajo, verificar y analizar el impacto sobre el turismo, después de asignar la clasificación del sitio de Patrimonio Mundial por la UNESCO, la región demarcada de la Alto Duero región vinícola (ADV). El estudio tuvo por base el período de transición entre la clasificación antes y después de la región demarcada del Patrimonio Mundial de región del Alto Duero, con el fin de determinar el impacto que esto ha causado en este período. Para ello se calculó algunos indicadores de la actividad turística, registrados en el período comprendido entre 1995 y 2009.

Los resultados revelaron que no hubo aumentos significativos, particularmente en términos de estancia media y Tasa de crecimiento promedio anual (TCPA) de las pernoctaciones en hoteles. A pesar de la pequeña variación de TCPA, hay una gran variación en el período comprendido entre 1998 y 2000, que pueden estar asociados con el evento de la EXPO 98 y la divulgación fuerte que sufrió el país en este evento. En cuanto a la oferta, y más específicamente la capacidad de los establecimientos hoteleros, se produjo un aumento significativo de 1999 a 2003, lo cual puede estar relacionado con la clasificación de la región por la UNESCO y con el resultado de la divulgación fuerte que jugó en EXPO 98. Se analizó la distribución de la capacidad de alojamiento en relación con la región Norte, Duero y ADV, en la que señaló que el ADV representa el 95% de la superficie total del Duero. Cuanto a la demanda, se analizó el índice de preferencia y fue la región de Porto la más preferida, y la región del ADV se encuentra en el medio de una tabla con las demás regiones turísticas del norte. A partir de 2005 los indicadores sufren un cambio positivo más significativo, puede ser resultado de un trabajo de mayor divulgación desarrollada por las autoridades locales y el Turismo de Portugal.

Palabras clave: Turismo; Oferta Turística y Demanda; Patrimonio de la Humanidad; Región del Alto Duero (ADV).

Dedico este trabalho à minha esposa Sandra e ao meu filho Miguel pela paciência que tiveram comigo, e pela força e apoio que me deram. Em especial à minha esposa que sempre acreditou em mim e me incentivou a concluir mais esta etapa da minha vida.

A minha dedicatória vai também para os meus PAIS que, sempre estiveram ao meu lado e me deram a força necessária para ultrapassar as dificuldades que me foram aparecendo pela frente.

Agradecimentos

Apesar de ser um trabalho individual, não posso deixar de agradecer a todos aqueles que contribuíram e auxiliaram na realização do mesmo.

Um especial agradecimento à minha orientadora Professora Paula Odete Fernandes e à minha coorientadora Professora Ana Paula Monte, que sempre se mostraram disponíveis na orientação e esclarecimentos das dúvidas, bem como nas sugestões para as alterações a efectuar, com objectivo de melhorar a dissertação. Agradeço especialmente, por me terem ajudado e dado apoio em determinado momento, para continuar e conseguir concluir esta dissertação.

À minha família, pelo apoio e ajuda que me deram, e pela paciência que tiveram comigo, durante o tempo que demorou a elaboração da dissertação.

Agradeço também às pessoas que fazem parte das unidades hoteleiras que me forneceram dados necessários ao estudo, uma vez que foi a maior dificuldade que tive na elaboração deste trabalho.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS	ii
ÍNDICE DE TABELAS	iii
INTRODUÇÃO	1
1. DEFINIÇÕES E CONCEITOS RELACIONADOS COM O TURISMO	3
1.1. Conceito de Turismo.....	4
1.2. Definição de viajante, turista e excursionista.....	5
1.3. Tipologia do Alojamento.....	6
1.4. Indicadores Económico-Financeiros para medir a Actividade Turística	9
2. A REGIÃO DO ALTO DOURO VINHATEIRO	11
2.1. Enquadramento Histórico da Região	13
2.2. Classificação de Património Mundial da Humanidade	15
2.3. Caracterização do Património Histórico e Cultural	17
2.4. Análise da Actividade Económica na Região e ADV	19
3. TURISMO NA REGIÃO DO ALTO DOURO VINHATEIRO.....	21
3.1. Caracterização da Procura Turística.....	22
3.2. Caracterização da Oferta.....	26
3.3. Potencialidades Turísticas do Alto Douro Vinhateiro.....	34
3.4. Avaliação da Região do ADV como Destino Turístico	35
3.4.1. Índice de Preferência	35
3.4.2. Índice de Saturação Turística	38
4. CLASSIFICAÇÃO DE PATRIMÓNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE DA REGIÃO DEMARCADADA DO ALTO DOURO VINHATEIRO: IMPACTO NO TURISMO	40
4.1. Análise da Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros.....	41
4.1.1. Constituição de Empresas ENI e Sociedades, segundo a Actividade CAE Rev. 2.1 e Rev. 3 - Hotelaria - Alojamento, Restauração e Similares	41
4.1.2. Produto Interno Bruto a preços correntes.....	44
4.1.3. Valor Acrescentado Bruto a preços base	46
4.1.4. Preços Médios por Noite	47
CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
ANEXOS.....	60

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - A Região Demarcada do Douro inserida no território.....	12
Figura 2 - O Alto Douro Vinhateiro inserido na Região Demarcada do Douro.	12
Figura 3 - Total dos Hóspedes e Dormidas no ADV.	23
Figura 4 - Evolução da Estada Média em Estabelecimentos.	24
Figura 5 - Hóspedes Registados nos Estabelecimentos Hoteleiros segundo o País de Residência Habitual no ADV.	25
Figura 6 - Evolução do número de estabelecimentos e capacidade de alojamento no ADV.	27
Figura 7 - Distribuição Média do N.º de Estabelecimentos na Região Norte, no período de 1995 a 2009.....	28
Figura 8 - Média da distribuição da capacidade de alojamento na Região Norte.	28
Figura 9 - Distribuição da capacidade de alojamento na região duriense, para o período de 1995 a 2009.....	29
Figura 10 - Evolução das unidades de alojamento no ADV, no período de 1999 a 2009.	30
Figura 11 - Distribuição dos estabelecimentos hoteleiros no ADV para período de 1999 a 2009. .	30
Figura 12 - Distribuição do nº de estabelecimentos e capacidade alojamento em termo de camas no ADV.	32
Figura 13 - Distribuição das camas disponíveis no ADV, segundo o tipo de estabelecimento.	33
Figura 14 - Evolução do Índice de Preferência pelo ADV, para o período de 1995 a 2009.	36
Figura 15 - Média de Preferências por NUT III e ADV.....	37
Figura 16 - Índice de preferência dos hóspedes segundo o país de residência habitual, por NUT III.	37
Figura 17 - Evolução do número de empresas criadas no período de 1995 a 2009 no ADV.	42
Figura 18 - Evolução do pessoal e das empresas no Douro e no ADV.	43
Figura 19 - Pessoal ao Serviço e o Volume Negócios no Douro e ADV.	43
Figura 20 - PIB a preços correntes entre 1995 e 2009.....	44
Figura 21 - PIB a preços correntes e Volume negócios - empresas hoteleiras.....	45
Figura 22 - Peso do volume de negócios do ADV sobre o total da Região do Douro no período de 1999 a 2009.....	45
Figura 23 - Evolução do VAB a preços base para a Actividade de Serviços para o período de 1995 a 2009.....	46
Figura 24 - VAB da região Douro para o período de 1995 a 2009.	47
Figura 25 - Evolução do Preço Médio por Noite, por unidade hoteleira.	49

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo das Demarcações da Região vinícola demarcada do Alto Douro.....	14
Tabela 2 - Taxa de crescimento anual e médio anual de dormidas em estabelecimentos hoteleiros.	22
Tabela 3 - Taxa de Crescimento Médio Anual da Receita (1999-2009).....	25
Tabela 4 - Evolução da população, hóspedes, IST no período de 1995 a 2009.	39
Tabela 5 - Taxa de Crescimento anual da criação de empresas no ADV entre 1999 e 2009.	42
Tabela 6 - Preço Médio das unidades hoteleiras do ADV.	48
Tabela 7 - Taxa de Crescimento Médio Anual dos preços médios e das médias dos preços.	50

INTRODUÇÃO

A região do Alto Douro Vinhateiro (ADV) é uma região diversificada em termos físicos e socioeconómicos, colocando à disposição do turista que a visita, uma série de recursos e produtos turísticos que, constituem uma imagem forte e de elevado potencial turístico, que passa pelo vinho, pelo rio Douro, pela paisagem singular existente, pela natureza, pela segurança, tranquilidade e bem-estar e pelo património histórico e cultural. Como tal, tendo uma região com esta riqueza, tem-se assistido a um desenvolvimento de esforços no sentido de uma maior divulgação e promoção da mesma, por parte das entidades oficiais locais e nacionais, entidades ligadas ao Douro. Pretende-se que este esforço se direcione para a criação de infraestruturas turísticas e manutenção das existentes de modo a impulsionar o sector do turismo, que cada vez mais se tem colocado como uma fonte de desenvolvimento económico da região. Uma das medidas criadas para a afirmação do Douro, não só a nível nacional mas também internacional, foi a candidatura para a classificação da região do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial da Humanidade, pela UNESCO. Classificação essa que ocorreu a 14 de Dezembro de 2001 tendo-se, a partir daí, assumido o compromisso de definir um conjunto de medidas de ordenamento e gestão do território, de qualificação e valorização ambiental, que servisse de alavanca para uma

série de alterações para o desenvolvimento da região em termos da actividade económica do sector do turismo.

Neste contexto, pretendia-se com o presente trabalho perceber este fenómeno do turismo, numa região tão rica em termos sociais, culturais, históricos e económicos, como é a região demarcada do Alto Douro Vinhateiro. Analisar, ainda, se a atribuição da classificação de Património Mundial da Humanidade, pela UNESCO, à região do Alto Douro Vinhateiro (ADV), trouxe um desenvolvimento significativo à economia da região e mais concretamente ao sector do turismo existente na região. Para tal, recolheram-se dados estatísticos, possíveis, para que se pudesse perceber quais as vantagens e desvantagens que se obtiveram com a classificação de Património Mundial da Humanidade, se as estratégias de actuação em relação ao turista foram alteradas após essa classificação e se foram as mais adequadas, ou seja, se estão de facto, no caminho certo para acompanharem as novas exigências do mercado turístico.

Para dar resposta ao principal objectivo do presente estudo, o mesmo encontra-se estruturado em cinco pontos: após esta introdução e no primeiro ponto, apresentam-se algumas definições e conceitos relacionados com o turismo e alguns indicadores estatísticos e económicos; a caracterização da região do ADV, ao nível do enquadramento do património histórico e cultural, da classificação de Património Mundial da Humanidade, e da actividade económica da região do ADV, vai fazer-se no segundo ponto; posteriormente no terceiro ponto vai analisar-se o turismo no ADV, caracterizando-se a procura, a oferta, as potencialidades da região no âmbito turístico, avaliando o ADV como destino turístico; no quarto ponto, pretende-se analisar o impacto da classificação de Património Mundial da Humanidade, calculando-se alguns indicadores macroeconómicos; por último e no quinto ponto apresentam-se as conclusões mais relevantes do presente estudo e apontam-se algumas sugestões de intervenção que permitam sensibilizar os agentes oficiais locais e nacionais para o desenvolvimento sustentado da região tirando partido desta classificação atribuída pela UNESCO.

1. DEFINIÇÕES E CONCEITOS RELACIONADOS COM O TURISMO

Na investigação em turismo existe a necessidade de padronizar definições para que se possa uniformizar parâmetros, e com isso, obter concordâncias no estudo estatístico. Para que isso aconteça, torna-se necessário obter dados comparáveis, o que implica que sejam utilizados critérios idênticos na obtenção dos mesmos.

Dado que existe uma diversidade de definições, as quais geram alguma confusão terminológica, então, seguidamente, apresenta-se alguns conceitos, que apesar de terem já entrado na linguagem corrente, servirão de base no desenvolvimento da elaboração deste trabalho.

Deve ter-se em atenção que os conceitos e as definições de significado, natureza, conteúdo e âmbito de incidência do turismo têm sido tratados por vários autores sob várias perspectivas. Neste trabalho, dada a sua natureza, apenas se terá em consideração a perspectiva económica.

1.1. Conceito de Turismo

Existe alguma dificuldade na definição do conceito de turismo, uma vez que, as definições que cada país dá a esta actividade não são uniformes, a sua comparação entre os mesmos não é fácil.

De acordo com a declaração de Manila, sobre o Turismo Mundial, em 1980, e citando Quevedo (1998, p. 57) entende-se que o turismo *“é uma actividade essencial na vida das nações, pelas suas consequências directas para os sectores sociais, culturais, educativos e económicos das sociedades nacionais e para as suas relações internacionais em todo o mundo”*. Desde então o turismo tem sofrido, até à actualidade, uma evolução no tempo e no espaço, aumentando assim a sua importância nos aspectos social e económico, sem esquecer as repercussões do tipo político, cultural e ecológico que justificam a necessidade de estabelecer políticas e estratégias de turismo não só a nível nacional bem como a nível regional (Fernandes & Cepeda, 2000).

Ponderando que, os objectivos deste trabalho são do ponto de vista económico, é importante considerar que o turismo *“abrange todas as deslocações de pessoas, quaisquer que sejam as suas motivações, que obriguem ao pagamento das prestações e serviços durante a sua deslocação e permanência temporária fora da sua residência habitual superior ao rendimento que, eventualmente, auferam nos locais visitados. O turismo é, assim, uma transferência espacial de poder de compra originada pela deslocação de pessoas: os rendimentos obtidos nas áreas de residência são transferidos pelas pessoas que se deslocam para outros locais onde procedem à aquisição de bens ou serviços”* (Cunha, 1997, pp. 9,10).

De realçar ainda que existem diferentes formas de classificar o turismo, pelo que a Organização Mundial do Turismo (OMT) classifica-as como (Fernandes, Monte, & Cepeda, 2001):

- Turismo interno/doméstico: são as deslocações dos residentes de um determinado país unicamente no interior desse país;
- Turismo receptor: aquele que é praticado num determinado país por visitantes residentes no estrangeiro;
- Turismo emissor: resulta das visitas de residentes de um país a outro ou a outros países;
- Turismo interior: abrange o turismo praticado por residentes de um determinado país que viajam unicamente no interior desse país e por visitantes desse país que residem no estrangeiro, compreendendo o turismo doméstico e receptor;
- Turismo nacional: são os movimentos dos residentes de um determinado país que viajam unicamente no interior desse país e por residentes desse país noutros países, compreende o turismo doméstico e o turismo emissor;
- Turismo internacional: turismo praticado num determinado país por visitantes residentes no estrangeiro e por residentes desse país noutros países, compreende o turismo receptor e emissor.

1.2. Definição de viajante, turista e excursionista

O turismo depende das viagens que, segundo definição da OMT, é uma actividade dos viajantes e designa-se pela deslocação de uma pessoa a um lugar fora da sua residência habitual desde o momento da saída até ao seu regresso, distinguindo ainda as viagens internas, efectuadas dentro de um país pelos seus residentes, viagens receptoras, efectuadas a um país por não residentes e as viagens emissoras, realizadas fora de um país por residentes (Turismo, 2009) pelo que existe a necessidade de considerar a definição de viajante como sendo um indivíduo que se desloca entre dois ou mais países distintos ou entre dois ou mais lugares no interior do seu país de residência habitual, independentemente do seu motivo, conforme definição deliberada na decisão n.º 1999/34/CE da OMT. Esta definição sofreu alterações em 2008, passando a ter a seguinte redacção: indivíduo que se desloca entre dois ou mais locais distintos, independentemente do motivo principal e da duração da sua estadia (INE, 2008), dando lugar a dois tipos de viajantes, o viajante interno, quando a viagem ocorre dentro de um país ou região e o viajante internacional, quando a viagem envolve mais do que um país (INE, 2008). Também, Cunha (2001), define o viajante de uma forma mais simples, como sendo todas as pessoas que viajam, existindo assim dois tipos de viajantes, internos os que a deslocação não implica atravessarem as fronteiras do seu país e os internacionais, que a deslocação implica atravessarem as fronteiras do seu país.

Uma vez que existe uma falta de consenso nas definições comuns no domínio do turismo internacional, dificultando assim, a nível estatístico, a pesquisa e os estudos comparativos, a OMT recomendou a adopção de uma definição uniforme. Surge então, na primeira Conferência das Nações Unidas, sobre Viagens Internacionais e Turismo, realizada em Roma em 1963, uma distinção entre viajantes incluídos nas estatísticas do turismo que, no sentido legal não entram nos países (passageiros aéreos que não chegam a sair do aeroporto, em trânsito), e os que estão incluídos nas estatísticas do turismo.

Adoptou-se, nesta conferência, para fins estatísticos, um novo termo, visitante, definido como qualquer pessoa que se desloca a um país, diferente daquele da sua residência habitual, desde que aí não exerça uma profissão remunerada (Cunha, 1997) abrangendo nesta definição duas categorias de visitantes: os turistas e os excursionistas, segundo definição do Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE, 2010a).

Na mesma conferência definiu-se turista como sendo os visitantes que permaneçam pelo menos 24 horas no país visitado e cujo motivo da visita é prazer, negócios, família, congressos ou seminários. Por outro lado, os excursionistas são visitantes temporários que permaneçam menos de 24 horas no país visitado.

Estas definições encontram-se incompletas, uma vez que, contemplam só o turismo internacional, não tendo em conta o turismo interno de cada país, nem limita o tempo de permanência no local visitado. Segundo o Cunha (2001), em 1983 a OMT, para colmatar essa

lacuna, elabora a definição de turismo interno, e em 1993, no seguimento da Conferência Internacional sobre Viagens e Estatísticas de Turismo, realizada em 1991, levou a Comissão de Estatística da ONU a adoptar definições mais actualizadas, por recomendação da OMT, e aceites pelas organizações internacionais, passando a ter os seguintes conceitos:

- **Visitante:** é toda a pessoa, que se desloca a um lugar situado fora do seu ambiente habitual durante um período inferior a 12 meses consecutivos e que o motivo principal da visita é outro que não seja o de exercer uma actividade remunerada nesse lugar, integrando-se nesta definição os conceitos de turista e visitante do dia:

- **Turista:** é todo visitante que passa pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento colectivo ou privado, no local visitado.
- **Visitante do dia:** em substituição do termo «excursionista», é todo o visitante que não passa a noite no local visitado.

Ao longo do presente trabalho vai adoptar-se a terminologia de turista, embora para se calcularem determinados indicadores entra-se em linha de conta com a variável hóspede para substituir a palavra turista. De referir que hóspede é o indivíduo que permanece pelo menos uma noite na região que visita.

1.3. Tipologia do Alojamento

A tipologia do alojamento em Portugal é uma classificação feita pelo Turismo de Portugal, Instituto Público (IP), conforme legislação em vigor. O novo Regime Jurídico que regulamenta as tipologias dos empreendimentos turísticos é o Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março, vindo esta nova lei referente à instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos, contemplar a totalidade das tipologias de alojamento, incluindo esta, o turismo em espaço rural e o de natureza (Turismo de Portugal, 2010).

Consideram-se empreendimentos turísticos, à luz do novo Regime Jurídico, Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março, os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares.

Assim pelo Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março, os empreendimentos turísticos podem ser:

- Estabelecimentos hoteleiros
- Aldeamentos turísticos
- Apartamentos turísticos
- Conjuntos turísticos (*resorts*)

- Empreendimentos de turismo de habitação
- Empreendimentos de turismo no espaço rural
- Parques de campismo e de caravanismo
- Empreendimentos de turismo natureza

Ainda, e de acordo com o novo Regime Jurídico, define-se os diferentes empreendimentos, da seguinte forma:

- Estabelecimentos hoteleiros

São empreendimentos turísticos destinados a oferecer, mediante remuneração, serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, e vocacionados a uma locação diária.

Existem três grupos de estabelecimentos hoteleiros com as seguintes categorias:

Hotéis;

Hotéis-Apartamentos;

Pousadas.

- Aldeamentos Turísticos

Os Aldeamentos turísticos são empreendimentos turísticos constituídos por um conjunto de instalações independentes com expressão arquitectónica coerente, situada em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais, linhas ferroviárias secundárias, linhas de água e faixas de terreno afectos a funções de protecção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas.

- Apartamentos Turísticos

São apartamentos turísticos, os empreendimentos turísticos constituídos por um conjunto coerente de unidades de alojamento, mobilados e equipados, que se destinem a proporcionar alojamento e outros serviços complementares e de apoio a turistas.

- Conjuntos Turísticos (*resorts*)

São conjuntos turísticos (*resorts*), os empreendimentos constituídos por núcleos de instalações funcionalmente interdependentes, situados em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais, linhas ferroviárias secundárias, linhas de água e faixas de terreno afectas a funções de protecção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas, sujeitos a uma administração comum de serviços partilhados e de equipamentos de utilização comum, que integrem pelo menos dois empreendimentos turísticos, sendo obrigatoriamente um

deles um estabelecimento hoteleiro de cinco ou quatro estrelas, um equipamento de animação autónomo e um estabelecimento de restauração.

- Empreendimentos de Turismo de Habitação (TH)

São estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares, podendo localizar -se em espaços rurais ou urbanos.

- Empreendimentos de Turismo em Espaço Rural (TER)

São estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural. Esta forma de turismo caracteriza-se fundamentalmente pela sua natureza familiar e permite um contacto mais directo com a natureza, com as populações e os seus usos e costumes.

Os empreendimentos de Turismo no Espaço Rural podem ser classificados nos seguintes grupos:

- Casas de campo
 - Agro-turismo
 - Hotéis rurais
-
- Parques de Campismo e de Caravanismo

São parques de campismo e de caravanismo, os empreendimentos instalados em terrenos devidamente delimitados e dotados de estruturas destinadas a permitir a instalação de tendas, reboques, caravanas ou auto caravanas e demais material e equipamento necessários à prática do campismo e do caravanismo, podendo ser públicos ou privados, consoante se destinem ao público em geral ou apenas aos associados ou beneficiários das respectivas entidades proprietárias ou exploradoras.

- Empreendimentos de Turismo Natureza

São empreendimentos de turismo de natureza os estabelecimentos que se destinem a prestar serviços de alojamento a turistas, em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visita de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental. Os empreendimentos de turismo de natureza adoptam qualquer das tipologias de empreendimentos turísticos, devendo obedecer aos requisitos de instalação, classificação e funcionamento previstos para a tipologia adoptada.

Neste trabalho vai ter-se em conta as seguintes tipologias de alojamento, hotéis, pousadas, turismo de habitação e turismo em espaço rural, porque são estabelecimentos que já existiam antes da classificação da Unesco do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial da Humanidade, uma vez que o objectivo da análise que se pretende fazer, assentar no impacto que esta classificação provocou nestes estabelecimentos.

Pretende-se então, verificar se houve alterações significativas a nível dos indicadores estatísticos e dos possíveis indicadores económico-financeiros.

1.4. Indicadores Económico-Financeiros para medir a Actividade Turística

Para uma correcta avaliação da actividade turística é necessário recorrer a um conjunto de indicadores económico-financeiros e indicadores estatísticos do turismo, analisando e avaliando os resultados conseguidos, com o fim de se perceber os efeitos que podem provocar no turismo, relativamente à procura e à oferta (Cunha, 2001).

Assim, de entre os diferentes indicadores estatísticos do turismo, apenas se vão definir aqueles que vão servir de base ao presente trabalho de investigação e os que se conseguiu obter informação estatística. Deste modo, tem-se os seguintes indicadores de medida (Fernandes, 2005; Matias, 2007; INE, 2010b; Rodrigues, 2010):

- Medida da procura:
 - Permanência média: indicador que fornece informação sobre quantos dias permanece, em média, cada hóspede no país ou região;
 - Dormidas: indicador do número de dormidas registadas nos estabelecimentos de alojamento turístico, permitindo isolar hóspedes de excursionista;
 - Índice de preferência: é a relação entre o número de hóspedes chegados a uma determinada região e o número total de hóspedes chegados à região, permitindo avaliar a influência que determinada região exerce relativamente a outras;
 - Receitas turísticas: são as despesas efectuadas nesse país ou região pelos hóspedes nacionais ou estrangeiros.
- Medida da oferta:
 - Capacidade de alojamento: Dá a noção da capacidade turística existente num país ou região;
 - Índice de saturação turística: indica a relação entre o número de hóspedes que visita um país ou região e a respectiva população. Permite avaliar a importância relativa do turismo em cada país ou região, por um lado, e a capacidade deste para suportar acréscimos adicionais da procura turística, por outro.

Em termos de indicadores económico-financeiros, conseguiu-se recolher informação para a NUTS III no qual se conseguiu medir para a região do Douro para o período de 1995 a 2009. Mas para a região do ADV, para determinados períodos não se conseguiu obter a totalidade dos dados, aparecendo esses períodos a zero.

Relativamente aos Indicadores económico-financeiros e para o período em estudo conseguiu-se apurar os seguintes indicadores:

- Produto Interno Bruto (PIB); indicador económico que corresponde ao valor monetário total dos bens e serviços finais produzidos num país num determinado período de tempo, normalmente um ano, representando assim as variações de preço e de quantidade de produção;
- Valor Acrescentado Bruto (VAB); é o resultado final da atividade produtiva no decurso de um período determinado. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio, originando excedentes. Valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo;
- Número de empresas constituídas nesse período, ENI-Empresários em Nome Individual e Sociedades;
- O Volume de negócios gerado pelas empresas para o período de 1999 a 2009, não havendo para períodos anteriores dados para tratamento;
- O Pessoal ao serviço por actividades.

Para os dados obtidos segundo o ramo de actividade, utilizou-se o CAE-Rev.2.1 e CAE-Rev.3.

2. A REGIÃO DO ALTO DOURO VINHATEIRO

O Alto Douro Vinhateiro (ADV), é a região vitivinícola demarcada e regulamentada mais antiga do mundo, as suas origens remontam a 1756, ano em que Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, o secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I, fundou a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, ou mais simplesmente, Real Companhia Velha, com sede no Porto, empresa que teve, entre as suas primeiras funções, a demarcação do Alto Douro e a regulamentação do vinho de embarque, vinho do Douro ou como ficou designado desde o século XVII, Vinho do Porto (Sousa, 2002).

Mais recentemente, em 2001, mais propriamente em 14 de Dezembro de 2001, uma pequena parte do Alto Douro, ao longo do rio Douro, foi classificada pela UNESCO, como Património Mundial da Humanidade (Sousa, 2002).

Alto Douro Vinhateiro, é uma área de território classificada que integra o vale do rio Douro, que nos extremos já é considerado Património Mundial, nomeadamente o Porto num dos extremos e no outro o Parque Arqueológico do Côa. Fazem parte do Alto Douro Vinhateiro, área classificada pela UNESCO, 13 dos 22 municípios que constituem a região do Douro que são Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, situados ao longo das encostas do rio Douro e seus afluentes Varosa, Corgo, Távora, Torto

e Pinhão (Douro, 2011a), conforme se ilustra nas Figuras 1 e 2, sendo a primeira ilustrativa do enquadramento da Região Demarcada do Douro no território português e a segunda a limitação da região do ADV.

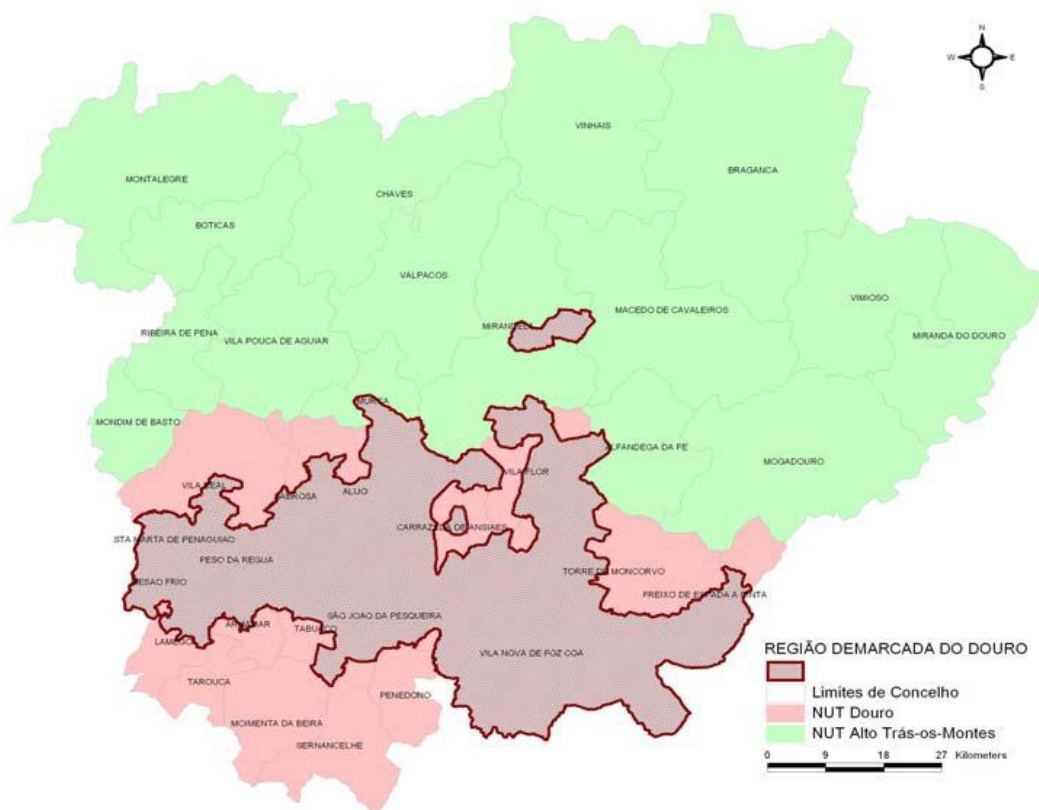


Figura 1 - A Região Demarcada do Douro inserida no território.

Fonte: Correia (2005, p. 143).



Figura 2 - O Alto Douro Vinhateiro inserido na Região Demarcada do Douro.

Fonte: Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (www.drapn.min-agricultura.pt).

2.1. Enquadramento Histórico da Região

Os primeiros sinais do cultivo de vinha no Douro, remontam o período da romanização, embora haja narração de consumo de vinho em períodos históricos anteriores, mas sem provas de que esse vinho fosse produzido na região. Os testemunhos arqueológicos que melhor documentam a produção de vinho no Douro, durante a época da ocupação românica da Lusitânia, são as lagaretas escavadas na rocha, onde se prensavam as uvas, que se encontram em grande número na região duriense, vestígios que remontam aos séculos III e IV, período do Alto Império (Pedrosa & Pereira, 2009).

É na Alta Idade Média (séc. V a X d.C.) que se verificou uma profunda mudança na paisagem duriense, acelerada com a aposta nas culturas para exportação, designadamente o vinho, as frutas e o sumagre (Pedrosa & Pereira, 2009).

As demarcações pombalinas da segunda metade do século XVIII, entre 1757 e 1761, vêm consagrar a região como a mais antiga e mais dinâmica do vinhedo.

Veja-se em breves traços, a evolução histórica do Alto Douro Vinhateiro (ADV), desde as demarcações pombalinas, em 1756, efectuadas pelo Marquês de Pombal, até ao Alto Douro Vinhateiro, Património Mundial da Humanidade em 2001 (Sousa, 2002).

A vinha em todo o Vale do Douro remonta à antiguidade, é no século XVI que, mas a viticultura com qualidade e com fins comerciais assume uma importância relevante, e é no século XVIII que esta zona se vem a tornar na Região Demarcada do Douro. Foi com a assinatura do Tratado de Methuen, também referido como Tratado dos Panos e Vinhos, em 1703, que os vinhos da região do Alto Douro conheceram um forte desenvolvimento. Tratado este assinado com a Grã-Bretanha, no qual o Vinho do Porto passou a beneficiar de condições preferenciais e privilegiadas em relação aos vinhos franceses, em termos de taxas aduaneiras, na exportação para a Inglaterra, com a contra partida de liberalizarem a entrada de lanifícios ingleses em Portugal (Sousa, 2002).

É devido à rigorosa regulamentação pombalina de protecção aos vinhos do Douro que, se levou à identificação da região do Alto Douro com a região do Vinho do Porto, configurando a esta, desde então, uma vocação económica e cultural própria, estabelecendo um sistema de relações entre o Porto e a região duriense, junto às margens do rio Douro.

Com a viticultura especializada e de qualidade, e com a integração de vinhos do Douro nos circuitos internacionais, levaram a que o Vinho do Porto se tornasse, em Portugal, durante o Antigo Regime, como o exemplo mais importante de um sector económico com capacidade de abertura ao sistema capitalista da economia – mundo (Sousa, 2002).

No processo de desenvolvimento da região, houve a colaboração de muita gente que, empregou no Douro muita força física, a fim de trabalharem nas plantações das vinhas e na

construção dos socalcos. Para além dos portugueses, contaram também com milhares de galegos, gente do norte de Espanha, Galiza, que se deslocavam para o Alto Douro para trabalharem. Na parte da comercialização, foram os exportadores ingleses que colaboraram, uma vez que, a Grã-Bretanha foi durante dois séculos a principal consumidora do Vinho do Porto (Sousa, 2002).

A região do ADV passou por várias demarcações desde 1757, conforme Tabela 1, onde se resume a evolução das demarcações.

A primeira demarcação surge em 1756, tendo sido estabelecida no terreno entre 1757 e 1761, denotando-se já, alguma modernidade uma vez que se delimita uma região vitícola, elaborando um cadastro e uma classificação das parcelas dos vinhos, considerando o espaço regional e criando mecanismos institucionais de controlo e certificação do produto, com apoio de um quadro legislativo (Sousa, 2002).

As sucessivas delimitações da Região Demarcada (1757-1761, 1788-1793, 1907-1908) são o reflexo das próprias evoluções técnicas, no domínio, da produção, dos transportes e da comercialização, como também devido aos fortes princípios que orientaram a mentalidade popular como da classe hierárquica superior, juntando a isto, a forte carga simbólica da região, que caracterizam a sua identidade, nascendo com a conjugação destes factores, uma paisagem cultural com uma identidade inequívoca e autêntica (Sousa, 2002).

Tabela 1 - Resumo das Demarcações da Região vinícola demarcada do Alto Douro.

Região vinícola demarcada do Alto Douro (1757-2005)
1757-1761 – Demarcações pombalinas, as primeiras do mundo.
1788-1793 – Demarcações marianas e alargamento da área demarcada.
Século XIX – Sucessivos alargamentos.
1907 – Alargamento da região do Vinho do Porto até à fronteira com a Espanha.
1908 – Redução da área produtora do Vinho do Porto.
1921 – A área demarcada passa a ser praticamente a actual região demarcada.

Fonte: Adaptado de Sousa (2002, p. 21).

A região demarcada do Douro conheceu várias instituições e organismos responsáveis pela sua regulamentação e fiscalização.

Actualmente as instituições que regulamentam e fiscalizam o Alto Douro são, a Casa do Douro, apenas como responsável pela gestão do cadastro e representante da produção, a

Associação das Empresas do Vinho do Porto (AEVP), em representação do sector, o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP), cujo objectivo principal é fiscalizar o processo produtivo, controlo de qualidade do vinho e defesa da denominação de origem em termos nacionais, como no estrangeiro, o Instituto do Vinho e do Vinho (IVV), que contém um moderno ficheiro vitivinícola informatizado, e por fim a Direcção Regional da Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro, que controla as plantações, as alterações e a preservação dos vinhedos, dos socalcos e patamares que caracterizam a paisagem do Douro (Sousa, 2002).

2.2. Classificação de Património Mundial da Humanidade

A inscrição de um bem na Lista do Património Mundial implica que ele vá ao encontro de um conjunto de critérios que demonstrem que ele tem um valor universal excepcional, sendo ainda necessário evidenciar a sua autenticidade assim como a existência de mecanismos legais que assegurem a sua conservação. Assim, até ao final de 2004, os bens candidatos a Património Mundial eram seleccionados com base em seis critérios culturais e quatro critérios naturais, actualmente existe uma única série de dez critérios que englobam os anteriores de uma forma sequencial, sendo os seis primeiros, critérios culturais e os últimos quatro, critérios naturais (UNESCO, 2012).

A classificação da região do Alto Douro Vinhateiro pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade ocorreu em 14 de Dezembro de 2001, título que premiou a região vinícola demarcada mais antiga do mundo, decretada pelo Marquês de Pombal em 1756. É uma região única porque une as características do solo xistoso e da sua exposição solar privilegiada, com o microclima impar em conjunto com o trabalho árduo do homem do Douro (Douro, 2011b).

Os critérios em que assentam a recomendação da candidatura a Património Mundial da Humanidade pela ICOMOS¹, segundo o relato final de proposta de classificação são, Critério iii: o Alto Douro tem sido uma região de produção de vinho por quase dois mil anos e sua paisagem foi moldada pelas actividades humanas; Critério iv: as componentes da paisagem do Alto Douro são representativas de toda a diversidade de actividades, da associação com vinificação - terraços, quintas (complexos agrícolas produtores de vinho), aldeias, capelas e as estradas; Critério v: a paisagem cultural do Alto Douro é um excelente exemplo de uma região europeia tradicional, produtora de vinho, o que reflecte a evolução desta actividade humana ao longo do tempo (UNESCO, 2012).

A sua paisagem dá ênfase a três aspectos, o carácter único do território, a relação natural da cultura do vinho com a oliveira e a amendoeira, e a diversidade da arquitectura local. A candidatura destaca também o trabalho excepcional efectuado pelo homem na construção dos

¹ *International Council on Monuments and Sites.*

muros em xisto que prolongam as encostas e sobretudo, a autenticidade e integridade da paisagem cultural (Douro, 2011b).

Fazem parte da região Demarcada do Douro, 22 municípios que perfazem 250 mil hectares de terreno, dos quais 48 mil hectares são vinhas onde são produzidos os vinhos denominados de origem “Porto” e “Douro”. No entanto só 24 mil hectares que englobam 13 concelhos, foram classificados pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade, os quais são representativos da diversidade do Douro, já que engloba o espaço do Baixo Corgo, do Cima Corgo e do Douro Superior. Os treze concelhos são, Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, estendendo-se ao longo das encostas do Rio Douro e dos seus afluentes, Varosa, Corgo, Távora, Tordo e Pinhão (Douro, 2011b).

A classificação do Alto Douro Vinhateiro como paisagem cultural viva e evolutiva, contribui como alavanca para uma série de alterações que estavam já a acontecer na região duriense, uma vez que, o projecto de candidatura definia um conjunto de medidas de ordenamento e gestão do território, de qualificação e valorização ambiental (Douro, 2011b).

Para além da preservação, controlo e regulamentação do Alto Douro Vinhateiro, como paisagem cultural, existe também o desenvolvimento do sector do turismo, com programas próprios de apoio ao seu crescimento e implementação, já que o fluxo de tráfego fluvial de barcos de cruzeiro para turistas, intensificou-se, mas havia já alguns projectos que tinham sido postos em prática, como é o caso da Rota do Vinho do Porto e das Rotas Medievais, em que várias quintas tradicionais abriram portas aos visitantes, promovendo visitas, provas de vinho e interactividade com o processo de produção do vinho, desde a colheita até à feitoria do vinho. Há também o regresso do comboio histórico à linha do Douro (Douro, 2011b).

Para fazer face a estas alterações, houve a necessidade do aparecimento de novas unidades hoteleiras de qualidade e que possam oferecer serviços para diferentes tipos de visitantes, desde unidades hoteleiras de cinco estrelas a hotéis em antigas propriedades, turismo em espaço rural.

Resumindo, a classificação do Alto Douro Vinhateiro em Património Mundial da Humanidade, é um compromisso em que, a região, através das entidades próprias se compromete a preservar a paisagem cultural, regulando e controlando o seu desenvolvimento, mantendo as suas características morfológicas, mas por outro lado, promoverem o desenvolvimento do turismo, uma vez que é uma fonte económica a explorar na região.

2.3. Caracterização do Património Histórico e Cultural

Alto Douro Vinhateiro, região orientada principalmente para a produção vitícola, nomeadamente para a produção do Vinho do Porto. Esta designação do ADV, como já foi referenciado em pontos anteriores, refere-se a uma área de vinhedo de qualidade, demarcada em 1756 por alvará régio.

São factores naturais que demarcam bem este espaço, onde o encaixe profundo do rio Douro e seus afluentes, a natureza acidentada do relevo, o solo xistoso, o clima e a vegetação mediterrânica, criaram uma paisagem original que contrasta vivamente com as terras vizinhas, transmontanas e beirãs, contraste esse que, é bem sentido pelo homem, que distingue bem a ribeira da montanha, a terra fria, ou frieiras, da terra quente (Pereira, 1991).

O elemento que melhor caracteriza a paisagem duriense, profundamente humanizada, é ainda o escadório monumental dos socacos (e patamares) das encostas do Douro e seus afluentes, onde brilham as vinhas (Pereira, 1991).

O clima é outra característica do ADV, sendo um clima mediterrânico, com escassez de água em determinados períodos do ano, principalmente no verão, de Maio a Setembro (Andresen, 2006).

Em termos de geologia do terreno, o ADV tem formações que datam do Pré-Câmbrico e são constituídas principalmente por xistos e intrusões graníticas, o que significa um ar de dureza, em que o solo é quase inexistente, sendo o que encontramos nas encostas, resultado do trabalho de transformação do homem (Andresen, 2006). Segundo o mesmo autor, apesar desta dureza da natureza, o homem conseguiu alterar a paisagem e nela cultivar a videira, predominando principalmente no Baixo Corgo e Cima Corgo, enquanto que as oliveiras e amendoeiras ganham maior representatividade no Douro Superior e também no Cima Corgo.

É o forte investimento na cultura da vinha, com fins comerciais, ou seja, com objectivo da produção e comercialização do Vinho do Porto, que leva à modificação da paisagem e com isso provocar as alterações importantes na composição social das vilas e aldeias da região duriense, modificando as relações e os quadros culturais, unindo populações ribeirinhas em trabalhos comuns, partilhando sonhos e angústias. O vinho é assim, o principal responsável pelas mudanças nos laços de solidariedade tradicionais, devido à especialização e mercantilização a agricultura vinhateira e consequentemente, o abandono da criação de gado, da produção cerealífera e outras culturas existentes na região, aparecendo outras actividades artesanais ligadas ao sector vitivinícola, como sendo a cestaria, a tanoaria, a arte de pedreiro, etc. Outra implicação directa é o aparecimento de um novo calendário agrícola, associado ao ciclo da vinha, dando um novo ritmo de vida, influenciando o quotidiano dos durienses. As formas de povoamento, sofreram também elas, fortes alterações com a influência do cultivo do vinho,

surgindo então casais e quintas dispersas pelas encostas vinhateiras, aparecendo assim, povoados ribeirinhos (Pereira, 1991).

A cultura do vinho necessita de mão-de-obra especializada e em abundância, aparecendo com isto novos processos de proletarização e uma grande mobilidade de gentes. Mobilidade também de produtos e capitais, devido ao rio, o qual facilita a deslocação, promovendo uma relação privilegiada com a cidade do Porto, centro de armazenagem, de escoamento de vinho e de tratamento, sendo também um importante centro de crédito e de investimento dos vinhateiros do Douro, como também, centro de afirmação política e social das elites regionais, assim como centro de decisão através das firmas exportadoras (Pereira, 1991).

É assim, natural que exista um vastíssimo património histórico-cultural associado às actividades de produção, transporte, armazenamento, fiscalização e comércio dos vinhos do Douro, e em particular do vinho do Porto, relativo a diversas épocas. Pode-se encontrar desde, alfaías agrícolas, maquinaria, instrumentos de prova e de análise de vinhos, utensílios de adega e armazém, colecção de rótulos e cartazes publicitários, peças relacionadas com o consumo (cálices, *decanter*s, garrafas, filtros, etc.) (Pereira, 2001).

O desenvolvimento e o progresso de uma região é sempre fruto do tempo, ou seja, um espaço físico e humano a que se atribui uma unidade determinada, as quais dispõe de um conjunto de técnicas, que utilizam para organizar e valorizar esse espaço com o sentido de alcançarem a satisfação dos seus objectivos específicos (Pereira, 1991).

No caso da região do ADV, a qual é dominada pela cultura da vinha, é um espaço físico que evolui em função da expansão do vinhedo de qualidade e da valorização pelo comércio exportador, mas são, principalmente as grandes crises relacionadas com o oídio, em meados do século XIX, depois a filoxera e a crise comercial fim de século XIX, com as consequências humanas, que vão constituir momentos decisivos de ruptura e de inovação, introduzindo mudanças de vulto no espaço regional (Pereira, 1991).

Em termos de património histórico, o Douro tem um legado de tesouros e joias, concentrando em si cerca de ¼ de todo o património construído na região Norte. Assim, junto aos cursos de água, rio Douro e seus afluentes, povos pré – históricos, romanos, mouros e cristãos ergueram capelas de origem barbara, pontes, calçadas e castelos medievais, mosteiros cistercienses, igrejas de traça românicas, renascentistas ou barroca, casas senhoriais de brasão e nome em aldeias, vilas e cidades, hoje guardiões de autênticos tesouros da sua história. Por todo o Douro, e nomeadamente no ADV, solares e casas de quinta e testemunhos de povos errantes e de culturas diversas marcam de forma indelével a paisagem, exemplo disso são as diversas edificações religiosas (capelas, igrejas, mosteiros e conventos) que encontramos implantadas nas povoações do ADV. A herança medieval é também intensa e profunda, marcada por castelos – Longroiva, Marialva e Penedono, recordando a importância estratégica que o Douro sempre assumiu na história (Douro, 2011b).

E ainda dentro do âmbito do património histórico-cultural, verifica-se a existência de exemplos de arquitectura religiosa (igrejas e capelas), arquitectura tradicional de feição erudita (casas solarengas) ou popular (edifícios isolados ou conjuntos arquitectónicos, para além de outros elementos diversos como cruzeiros, alminhas, pontes, etc.). Em termos de património arqueológico existente na zona é igualmente vasto, e abrange desde testemunhos da ocupação romana (povoados, necrópoles, pontes e estradas) a castelos e atalaias medievais, gravuras rupestres, até aos exemplares de arquitectura do ferro de finais do século passado (estações de comboio da linha do Sabor e da linha do Douro). Uma parte deste património está classificada como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público ou como Valor Concelhio (ICNB, 2001).

Culturalmente é marcado ainda pelas festas e romarias que abundam um pouco por toda a região e estão, na sua maioria, associadas a acontecimentos religiosos, durante o Verão, o artesanato, através de trabalhos em madeira, ferro, latoaria, cestaria, linho e lã, de grande valor cultural, e a gastronomia, através dos pratos confeccionados com os produtos típicos da região, são assim, factores que marcam uma rica herança cultural (ICNB, 2001).

2.4. Análise da Actividade Económica na Região e ADV

Caracterizando a actividade económica no ADV, tendo-se em conta que, nesta região a vitivinicultura e em menor presença a olivicultura, desempenham um papel determinante, bem como o sector do turismo, que começa a ter já um papel na economia da região. Rebelo, Marques, Rebelo, Ribeiro e Teixeira (2001) procederam à análise da actividade económica da região, constatando que o sector primário tem uma enorme preponderância, pelo que a população activa depende desse sector. Assim, socorrendo-se dos Censos de 1991 para compreender quais os concelhos mais afectados pela dependência da agricultura para a empregabilidade, verificaram que os concelhos de São João da Pesqueira, Tabuaço, Santa Marta de Penaguião, Sabrosa e Alijó eram os mais dependentes desse sector, em termos de empregabilidade da população activa. Já os concelhos de Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, onde a actividade é reduzida, os sectores primários e terciário são os que predominam e se equivalem praticamente. Por outro lado, concelhos em que a taxa de actividade é mais elevada, tais como Vila Real, Lamego e Peso da Régua, é o sector terciário o mais representativo, sendo esse domínio mais expressivo em Vila Real (Rebelo *et al.*, 2001). Nesse mesmo trabalho, os mesmos autores, caracterizaram a actividade por sectores, definindo-os individualmente e referindo-se à sua expressividade e influência na região. A saber:

- Sector Primário, constituído por actividades que extraem recursos directamente da natureza sem qualquer transformação, sendo na região do ADV representado com maior expressividade pela agricultura e indústria extractiva, mas era a agricultura que, de acordo com o Recenseamento Agrícola de 1999, continuava a desempenhar um papel importante na economia regional, sendo a

indústria extractiva pouco significativa, com predominância da exploração de granitos (Rebelo *et al.*, 2001);

- Sector Secundário, constituído por actividades que transformam matérias-primas em produtos acabados ou semi-acabados que na região do ADV seria a indústria transformadora e construção civil que, segundo dados de 1997 do Ministério para a Qualificação e o Emprego, a maioria dos trabalhadores por conta de outrem, registados na indústria, situavam-se em empresas sediadas em Vila Real, em virtude da presença de uma Zona Industrial, estando os restantes distribuídos por outros concelhos, com predominância da indústria da vinificação, nomeadamente as Adeegas Cooperativas. A construção civil era também um sector que empregava, no ADV, um número de trabalhadores superior à indústria transformadora, com grande expansão na década de 90, e neste caso, é também em Vila Real que se encontravam concentrados o maior número de trabalhadores (Rebelo *et al.*, 2001);

- Sector Terciário, que engloba o comércio e os serviços, actividades que não produzem bens mas prestam serviços, neste caso, na região do ADV, tem-se o comércio por grosso e a retalho, serviços e turismo, como sendo os mais significativos. Verifica-se uma maior concentração destas actividades nas sedes de concelhos, com a finalidade de servirem as populações residentes no respectivo concelho, onde se encontram o comércio a retalho, lojas especializadas de determinados produtos, balcões de Bancos, Serviços da Administração Pública como, Câmara Municipal, Tribunal, Saúde, Educação, Serviços Sociais e outros serviços disponibilizados por privados, de apoio às pessoas.

Fazendo uma análise da actividade económica no Alto Douro Vinhateiro da população activa residente e empregada, com base nos resultados definitivos obtidos nos Censos de 1991 da região Norte (INE, 1993, p. 48), nos Censos de 2001 (INE, 2002, p. 46) e nas Contas Regionais disponíveis até 30 de Setembro de 2010 (INE, 2010a) verifica-se que a actividade agrícola tinha e continua a ter um papel preponderante na economia da região do ADV, em quase todos os concelho que o constituem, excepto nos concelhos de Vila Real, Lamego e Peso da Régua onde se observa um maior peso dos serviços sociais e públicos. O sector terciário tem vindo a crescer, contribuindo para isso um aumento da oferta do sector do turismo, que se tem verificado, principalmente desde a década de 90, constatando-se as transformações operadas na região duriense e a sua crescente afirmação, considerando-se até, como a grande alavanca de desenvolvimento regional do início do século XXI. Há um posicionamento virado para o rio Douro e para a paisagem vinhateira, do desenvolvimento económico do ADV, explorando a integração com ramos da economia ligados à exploração do capital territorial que a marca Douro constitui. Desta forma liga-se ou interliga-se a agricultura, a produção e comercialização vinícola, com os serviços ligados ao lazer e à animação turística, restauração e *catering*, produção cultural, artesanato e outros (Cristovão, Rebelo, Alberto, Correia, Rodrigues, & Marques, 2005).

3. TURISMO NA REGIÃO DO ALTO DOURO VINHATEIRO

A caracterização do sector turístico para um país ou região poderá ser efectuada pelo lado da procura e oferta turística.

Deste modo, tendo como principal objectivo, do presente trabalho, verificar e analisar o impacto do turismo na Alto Douro Vinhateiro (ADV) após a atribuição da classificação de património mundial da Humanidade por parte da UNESCO, optou-se por analisar alguns indicadores que permitissem caracterizar e observar a evolução da procura e oferta turística, bem como realizar uma avaliação da região do ADV como Destino Turístico. Para tal e como metodologia recorreu-se a indicadores tais como: número de hóspedes; número de dormidas; estada média, receitas para aposento, número de estabelecimentos hoteleiros por tipo de alojamento; capacidade de alojamento (camas); índice de preferência turística e índice de saturação turística. De salientar que estes indicadores têm sido os mais utilizados para caracterizar a actividade turística, tal como se pode observar em estudos produzidos por diferentes autores e organismos oficiais do Turismo (e.g., Fernandes, Monte & Cepeda, 2001; Fernandes, Monte & Castro, 2003; Fernandes, 2005; Vaz & Dinis, 2007; Rodrigues, 2010; INE, 2010b; Cuccia & Rizzo, 2011; Santana-Jiménez & Hernandez, 2011; Santos & Fernandes, 2011).

No presente ponto calcularam-se os indicadores acima referidos, bem como a sua evolução, para o período compreendido entre 1995 e 2009, na maior parte dos indicadores, a partir dos

dados recolhidos junto do Instituto Nacional de Estatística de Portugal. Ao longo do presente ponto quando necessário apresenta-se a fórmula de cálculo do indicador.

3.1. Caracterização da Procura Turística

Para efectuar a caracterização da procura turística na região do Alto Douro Vinhateiro (ADV), analisaram-se os Anuários Estatísticos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos ao período em estudo neste trabalho que, abrange o desde o ano de 1995 a 2009, incluído neste período, os anos antes da classificação de Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, e o período após a classificação, de forma a analisar o impacto que a região de ADV usufruiu com a classificação como Património mundial da UNESCO e a consolidação da mesma.

Assim, e no período em análise, verificou-se uma média de cerca de 174 mil dormidas no ADV, o que significa um peso de 0,52% em relação à média nacional, de 5,32% em relação à região Norte e foi responsável por cerca de 89,2% das dormidas na região do Douro, ou seja, relativa aos 22 concelhos que constituem a região duriense.

Dos valores disponíveis nos Anuários Estatísticos, percebe-se que, em relação ao Douro, houve um aumento de dormidas, mas em relação à região do ADV, os indicadores não são tão positivos, verificando-se um ligeiro decréscimo, apesar de apresentar uma taxa de crescimento médio anual (TCMA)² de 3,6%, que é inferior à da região do Douro, que se situa nos 4,7%, e ligeiramente superior à da taxa de crescimento média anual nacional, de 1,9%, conforme se pode verificar na Tabela 2.

Tabela 2 - Taxa de crescimento anual e médio anual de dormidas em estabelecimentos hoteleiros.

	1995/ 1996	1996/ 1997	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	TCMA
Portugal	0,5%	4,6%	10,4%	1,0%	3,3%	-0,7%	1,9%	-1,0%	0,8%	4,0%	5,8%	5,8%	-1,3%	-7,1%	1,9%
Região Norte	6,7%	4,4%	9,9%	2,5%	0,6%	1,1%	7,1%	-3,6%	5,9%	3,2%	11,8%	10,0%	0,5%	0,5%	4,2%
Douro	5,3%	16,0%	5,2%	22,0%	25,7%	5,3%	0,6%	-5,8%	5,4%	-3,8%	-1,5%	3,2%	-4,9%	-0,8%	4,7%
ADV	2,1%	8,8%	7,4%	25,5%	30,2%	-0,3%	-5,5%	-8,5%	7,5%	-6,2%	-0,3%	3,9%	-7,3%	0,8%	3,6%

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

² $TCMA_{ij} = \sqrt[i-j]{\frac{x_j}{x_i}} - 1$, onde, i corresponde ao ano de 1999 e j , corresponde ao ano de 2009.

No entanto, relativo ao indicador de hóspedes, observa-se que, o ADV representa 1,12% dos hóspedes a nível nacional, 6,43% dos hóspedes da região Norte e cerca de 90,01% da região do Douro, cifrando-se numa média de 118 mil hóspedes por ano.

Analisando os dados de dormidas e de número de hóspedes, constata-se que, no período em análise, o número de hóspedes teve um crescimento entre 1995 e 2000, verificando-se, no período de 2000 a 2002, um pico no número de hóspedes, e nos últimos dois anos do período em estudo tem decrescido mas, em relação aos valores das dormidas tem crescido e verifica-se que nos períodos em que o número de hóspedes decrescem, as dormidas mantêm-se (Figura 3 e Tabela A.2, do Anexo), podendo-se, com estes dados, compreender o crescimento da taxa média de permanência que se cifrava em 1995 em 1,3 noites e em 2009 em 1,7 noites, conforme gráfico da evolução da Estada Média em Estabelecimento (Figura 4 e Tabela A.11, do Anexo).

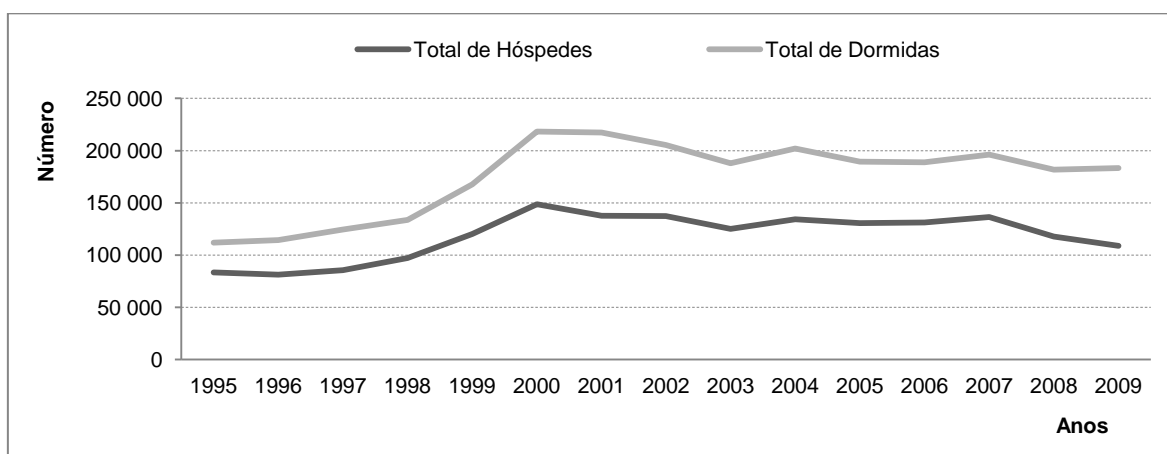


Figura 3 - Total dos Hóspedes e Dormidas no ADV.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

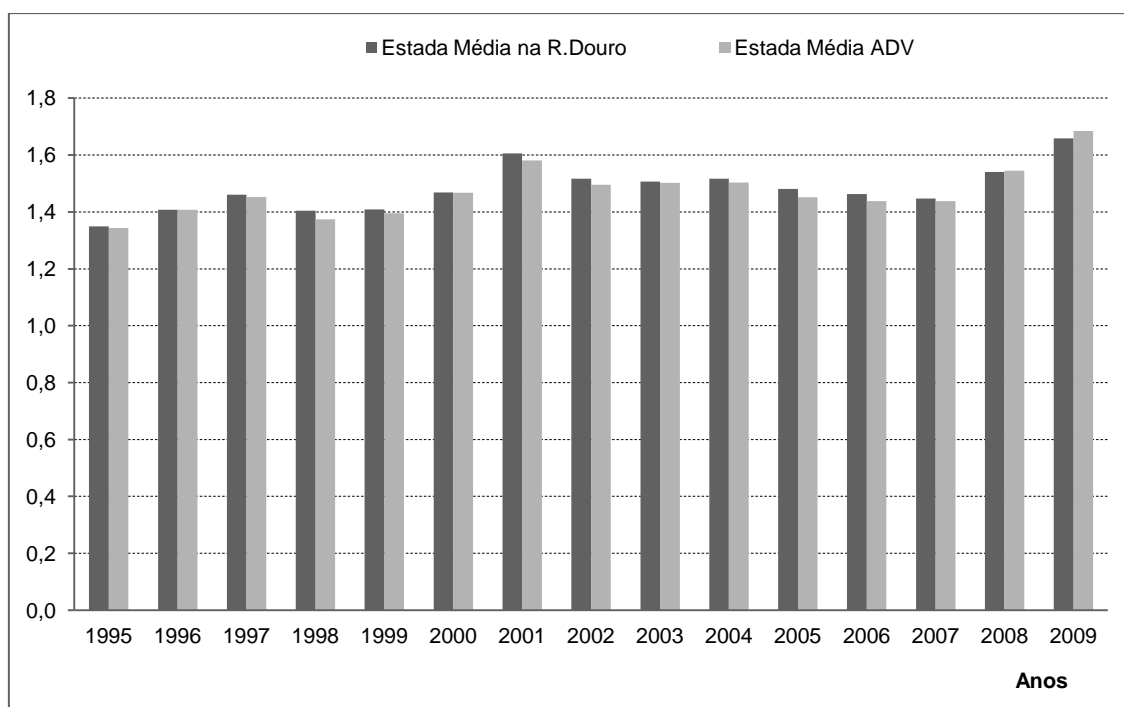


Figura 4 - Evolução da Estada Média em Estabelecimentos.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995- 2009).

Caracterizando a procura, segundo o país de residência habitual, e em relação aos hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros da região de Portugal, existe um equilíbrio da procura, entre os hóspedes nacionais – portugueses e os hóspedes pertencentes a países da União Europeia, cifrando-se numa procura acima dos 40%, sendo a restante procura, efectuada por hóspedes com origem nos Estados Unidos da América e outros países. Quanto à procura relativamente aos hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual no ADV (Figura 5 e Tabela A.5 e A.6, do Anexo), verifica-se que, a maioria dos hóspedes que procuram a região são portugueses, com percentagens acima dos 80% por ano, mas verifica-se nos últimos dois anos, 2008 e 2009, um progressivo aumento dos hóspedes da União Europeia e de outros países, com predominância de hóspedes oriundos dos Estados Unidos da América, e consequente diminuição dos portugueses, conforme gráfico das médias anuais de hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual no ADV.

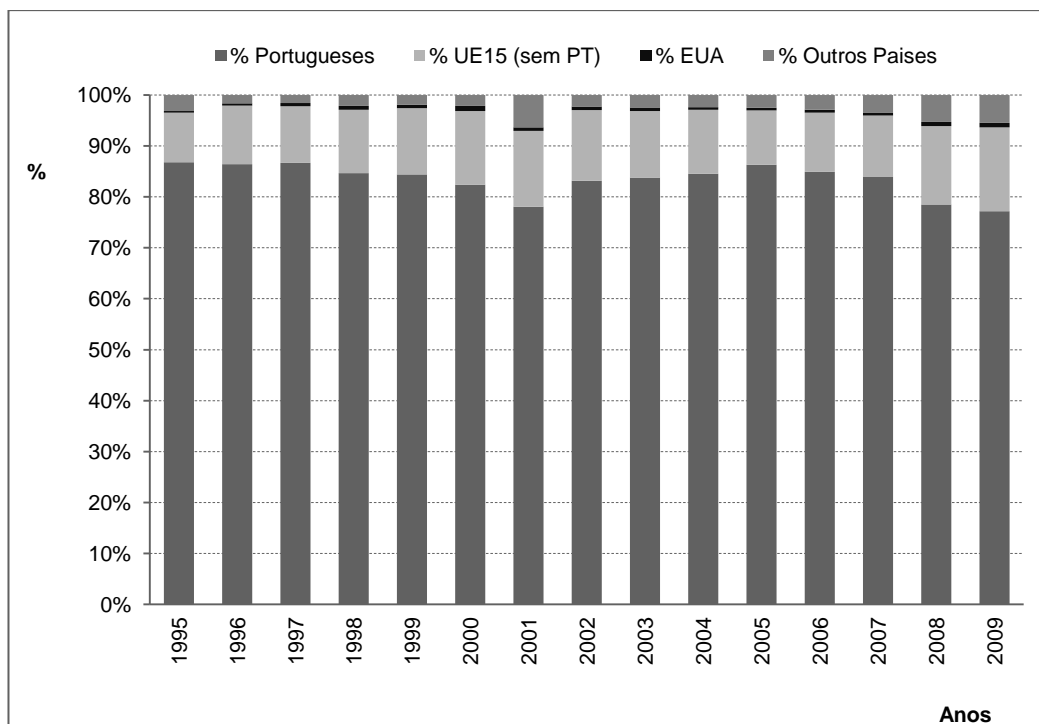


Figura 5 - Hóspedes Registados nos Estabelecimentos Hoteleiros segundo o País de Residência Habitual no ADV.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Outro indicador que se tem que ter em conta para analisar a evolução é a Taxa de Crescimento Médio Anual da Receita que indicará a taxa a que a variável, capacidade de alojamento, teria aumentado se o seu crescimento tivesse ocorrido a uma taxa constante.

Nesta análise considera-se apenas o período de 1999 a 2009, uma vez que para o período entre 1995 e 1998 não foi possível recolher qualquer dado.

Os resultados do cálculo da taxa de crescimento média anual da receita, para o período de 1999 a 2009, estão expressos na Tabela 3.

Tabela 3 - Taxa de Crescimento Médio Anual da Receita (1999-2009).

Anos	Receitas p/aposento Região Norte		Receitas p/aposento Região do Douro		Receitas p/aposento Região do ADV	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Receita (milhares de €)	87.601	140.434	4.310	8.246	4.090	7.312
Varição percentual	60%		91%		79%	
TCMA	4,8%		6,7%		6,0%	

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1999-2009).

Dos resultados obtidos, verifica-se no período em análise um aumento de receita na região da Região Norte de 60%, na Região do Douro de 91% e no ADV de 79%, ou seja um aumento bastante significativo, que no caso do Douro foi cerca do dobro, mas caso se considere o aumento em termos de Taxa de Crescimento Médio Anual para o mesmo período, então os valores já são mais baixos, obtendo-se uma TCMA para a Região Norte de 4,8%, para a Região Douro de 6,7% e para o ADV de 6,0%.

Observa-se então, ao longo dos anos para o período em causa, um aumento ligeiro da receita na Região Norte, na Região do Douro e no Alto Douro Vinhateiro, sendo a grande responsável pelo aumento na Região do Douro a Região do ADV.

3.2. Caracterização da Oferta

Através da caracterização da oferta turística pretende-se analisar, do ponto de vista da oferta do alojamento, o tipo de alojamento existente, a capacidade que a região em estudo tem para oferecer, bem como a evolução da oferta no período em estudo, comparando o peso da oferta do Alto Douro Vinhateiro com a oferta do país, região norte e região duriense.

De referir que ao longo do estudo a terminologia hóspede foi a utilizada para a substituição de turista, uma vez que foi impossível recolher a informação relativa aos turistas. Assim, considerou-se hóspede, aquele que visita a região do ADV e que pernoita pelo menos uma noite.

A oferta turística do ADV ao longo do período em estudo, de 1995 a 2009, e segundo os Anuários Estatísticos (INE, 1995 - 2009), representa cerca de 1% da capacidade de alojamento de Portugal (medido em camas), e cerca de 7% da região Norte, sendo responsável por cerca de 97% da capacidade de alojamento da região duriense, o que se traduz numa capacidade de cerca de 2217 hóspedes, distribuídos por uma média de 32 estabelecimentos.

Relativamente à evolução da capacidade de alojamento no ADV, verifica-se, segundo os dados do INE (1995 - 2009), uma variação pouco significativa, conforme o seguinte figura (Figura 6 e Tabela A.8, do Anexo).

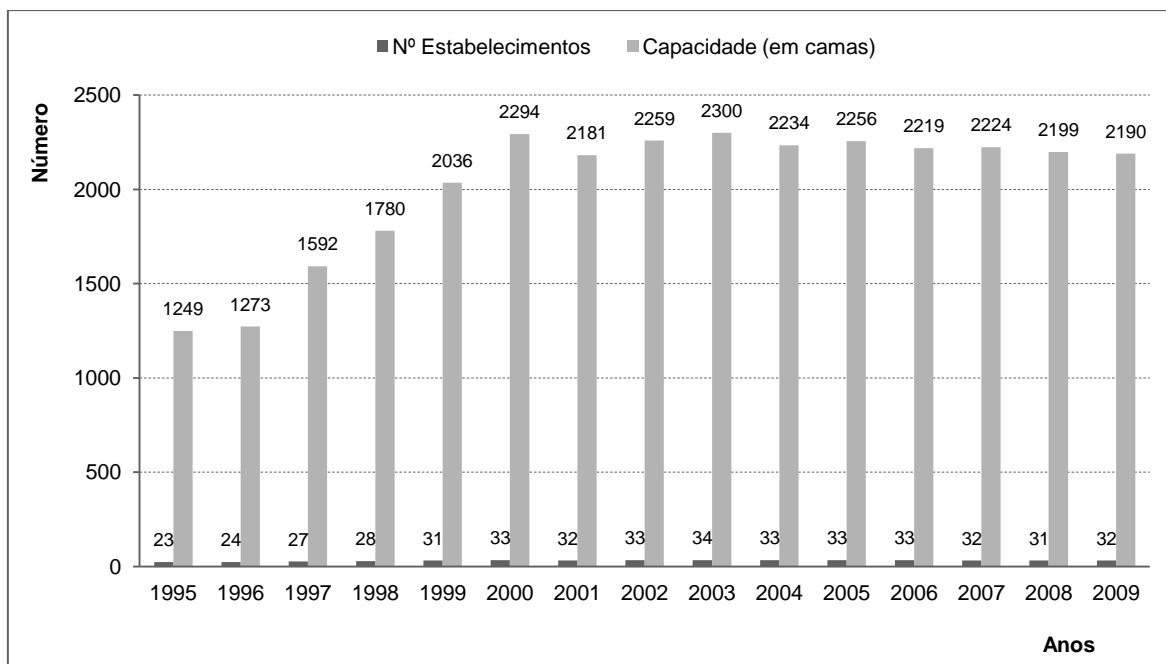


Figura 6 - Evolução do número de estabelecimentos e capacidade de alojamento no ADV.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Para o período em estudo, 1995 a 2009, calculou-se a média da distribuição dos estabelecimentos e média da capacidade de alojamento na região Norte, constatando-se que a concentração de maior número de estabelecimentos se encontra na região metropolitana do Porto, com cerca de 36% dos estabelecimentos e 45% da capacidade total o que significa em termos absolutos uma média de 14.055 hóspedes por ano, já na região duriense, temos uma média de estabelecimentos que se cifra em 8% o que corresponde a uma média de 7% da capacidade de alojamento total, traduzindo-se em cerca de 2.126 hóspedes por ano, essa distribuição está traduzida conforme os gráficos seguintes (Figura 7 e 8 e Tabelas A.9 e A.10, do Anexo).

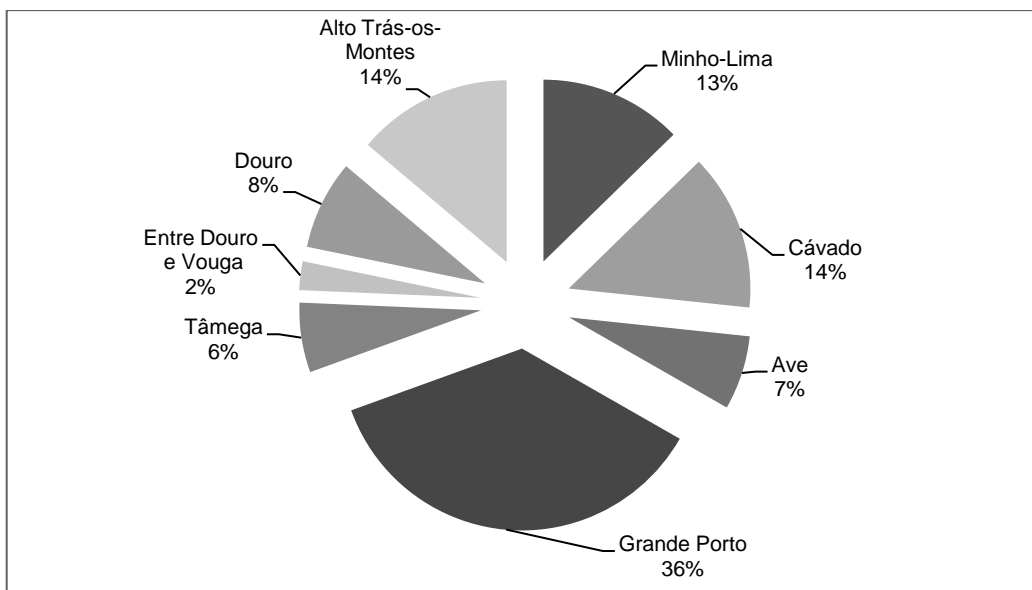


Figura 7 - Distribuição Média do N.º de Estabelecimentos na Região Norte, no período de 1995 a 2009.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

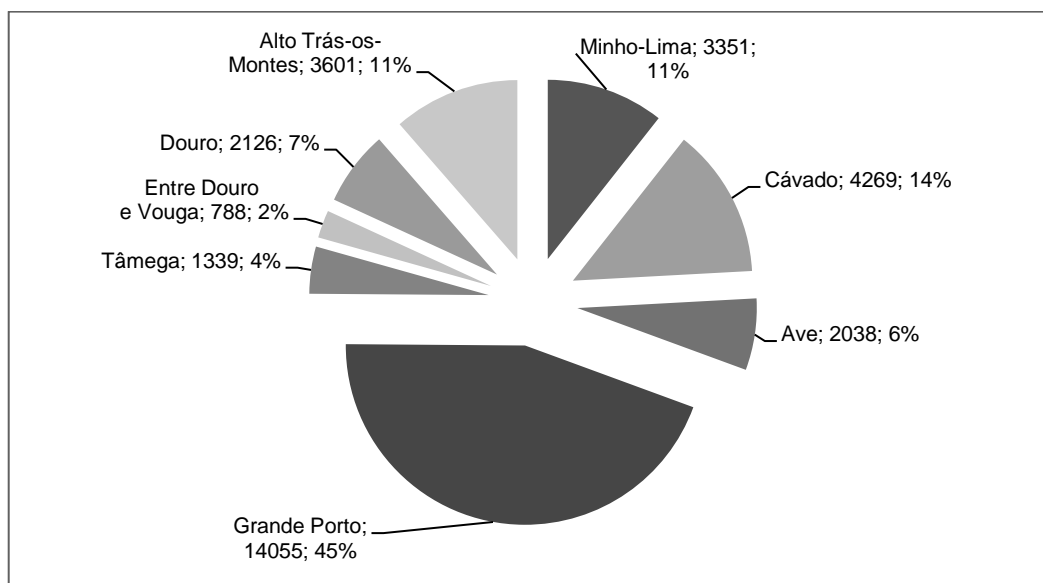


Figura 8 - Média da distribuição da capacidade de alojamento na Região Norte.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Os dados indicam também que, a região do ADV, ou seja, os treze municípios que constituem a região, representa em termos de capacidade de alojamento 95% de toda a região duriense, como se pode observar na Figura 9.

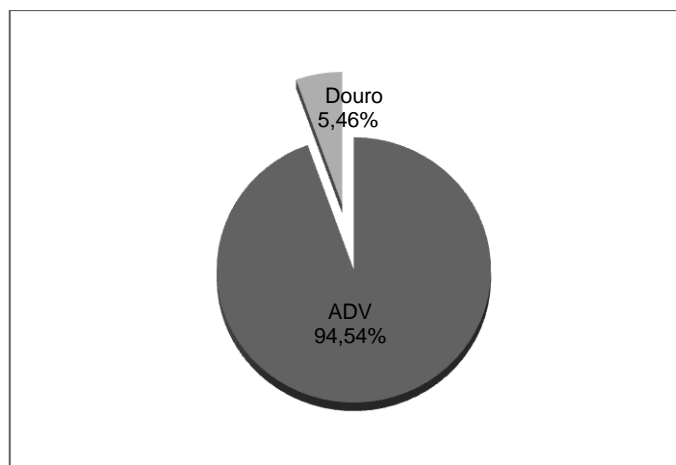


Figura 9 - Distribuição da capacidade de alojamento na região duriense, para o período de 1995 a 2009.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

No que respeita ao tipo dos estabelecimentos existentes no ADV, no período de 1995 a 1998 só foi possível recolher dados, através dos anuários do INE, quanto ao número total de unidades de alojamento, não se conseguindo discriminar as diferentes unidades, mas pode-se aferir que houve um aumento gradual de 23 para 28 unidades. Assim, limitou-se o estudo para o período de 1999 a 2009 para o qual já se conseguiu desagregar as diferentes unidades de alojamento existentes no ADV, verificando-se a predominância das pensões e hotéis, e observando-se que não houve variações relevantes no número de estabelecimentos ao longo do período em estudo, atendendo aos dados obtidos do INE para o período em análise (INE, 1995-2009), corroborando assim o que já se havia observado quanto à capacidade de alojamento (ver na Figura 10 e Tabela A.12, do Anexo).

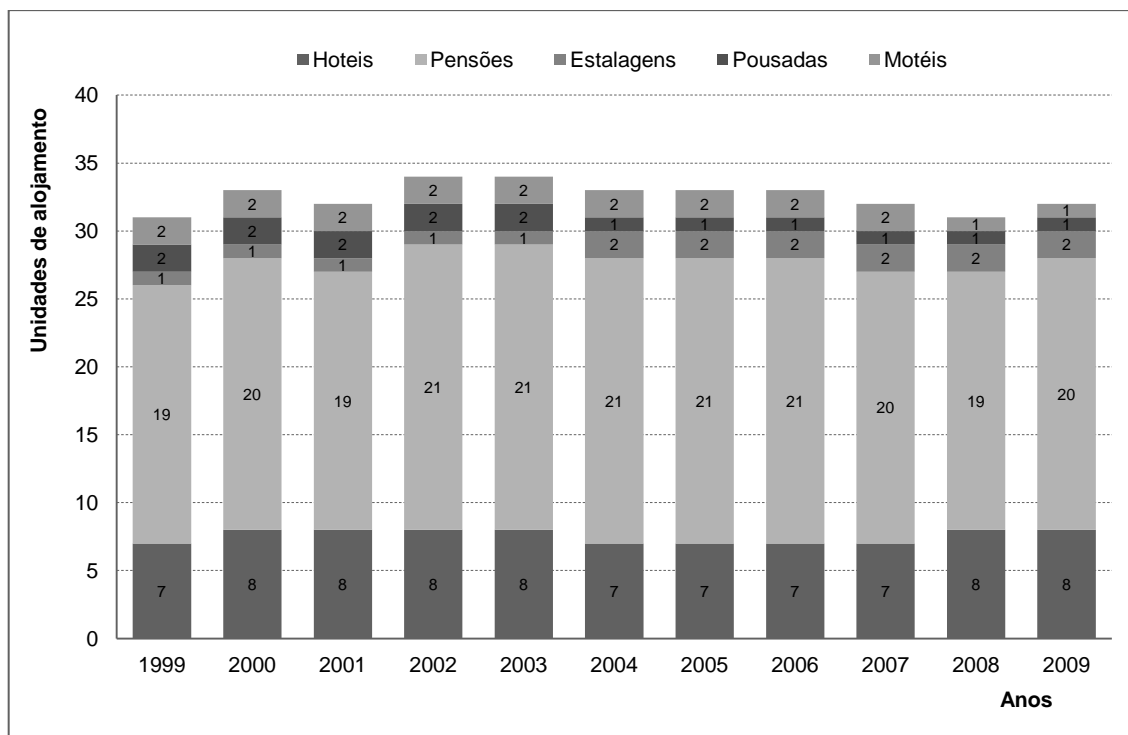


Figura 10 - Evolução das unidades de alojamento no ADV, no período de 1999 a 2009.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1999-2009).

Analisando a distribuição dos estabelecimentos na região ADV, no período 1999 a 2009, constata-se que a maior concentração de oferta turística em termos de estabelecimentos encontra-se nos municípios de Lamego (28%), Alijó (19%), Vila Real (15%) e Peso da Régua (12%), conforme se pode ver na Figura 11 e Tabela A.13, do Anexo.

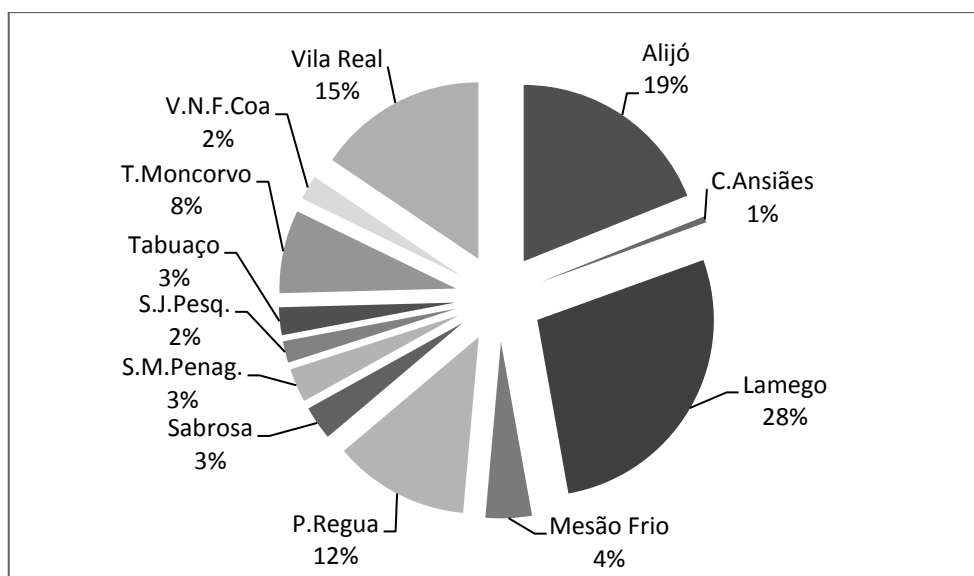


Figura 11 - Distribuição dos estabelecimentos hoteleiros no ADV para período de 1999 a 2009.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1999-2009).

Para além dos dados sobre estabelecimentos e capacidade de alojamento no ADV, fornecidos pelo INE nos seus Anuários Estatísticos, recorreu-se ao site do Turismo do Douro, recolhendo informação sobre alojamento aí disponível (Douro, 2011b), para aferir da oferta existente na região, verificando-se que, para além das unidades caracterizadas por hotéis, pensões, estalagens, pousadas e motéis, que o INE disponibiliza, encontramos também as unidades de Turismo em Espaço Rural (TER), onde se incluem o Turismo de Habitação (TH), Turismo Rural (TR), Agro-turismo (AG), Casas de Campo (CC) e Turismo de Aldeia (TA), as quais conferem à região do ADV uma capacidade de alojamento muito superior aos dados do INE.

Assim, o ADV, no período em análise, apresentava em termos de número de estabelecimentos, uma média de 31 unidades, de acordo com os dados publicados pelo INE (1999-2009), que se se somar os referidos no site do Turismo do Douro categorizados como TER, totalizam 103 estabelecimentos, pelo que a região passa a ter uma capacidade de alojamento, em termos de camas, muito superior, ou seja, passa a dispor de cerca de 3.067 camas.

A Figura 12 (Tabelas A.16 e A.17, do Anexo) mostra a distribuição, quanto ao número de estabelecimentos e capacidade de alojamento, em termos de camas, na região ADV.

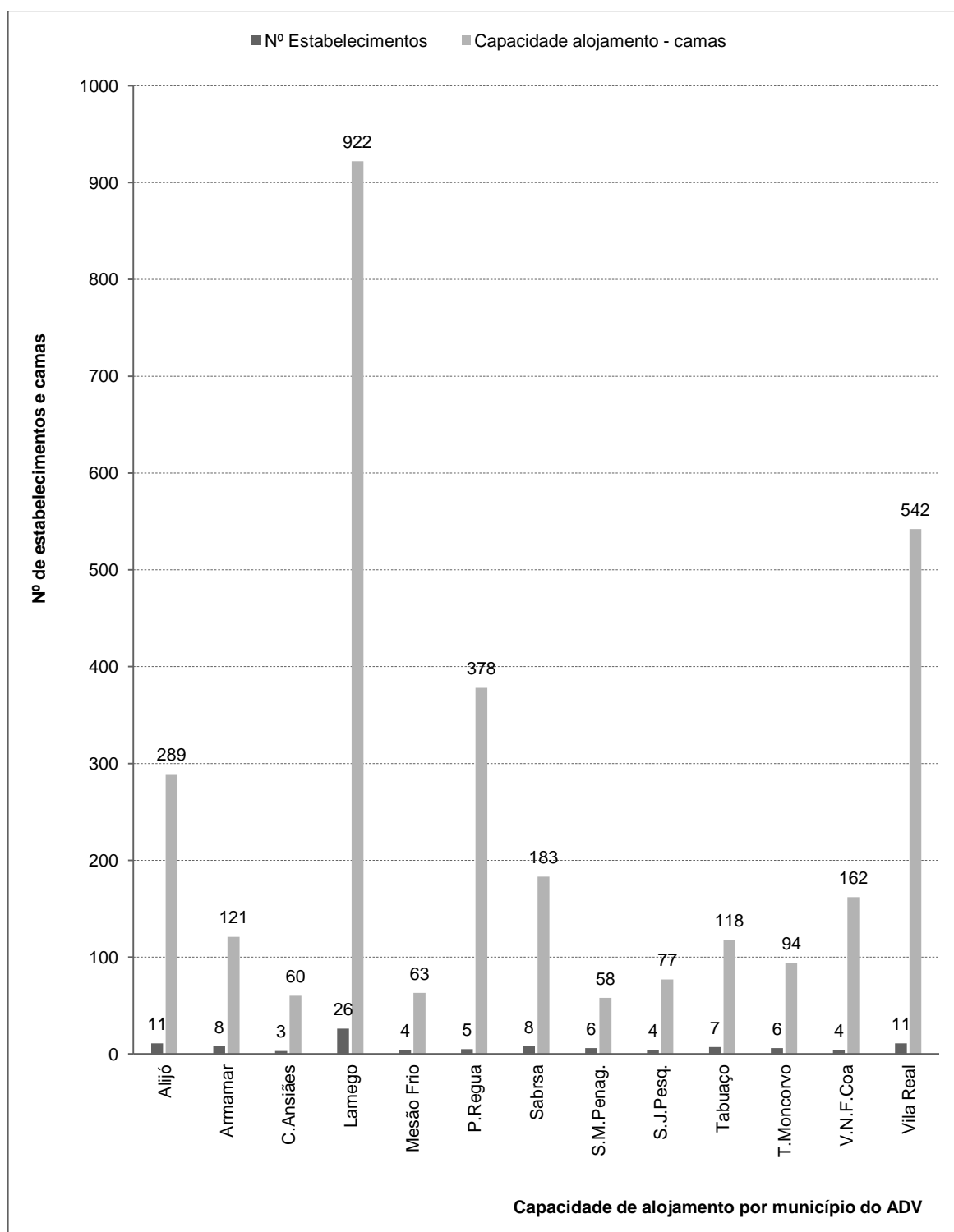


Figura 12 - Distribuição do nº de estabelecimentos e capacidade alojamento em termo de camas no ADV.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no site do Turismo do Douro (Douro, 2011b).

Em termos de camas disponíveis, o ADV tem como oferta a seguinte distribuição, conforme Figura 13 e Tabela A.17, do Anexo, dependendo do tipo de estabelecimento, informação

disponibilizada no site do Turismo do Douro desde o ano de 2008, ano da criação do Pólo do Turismo do Douro.

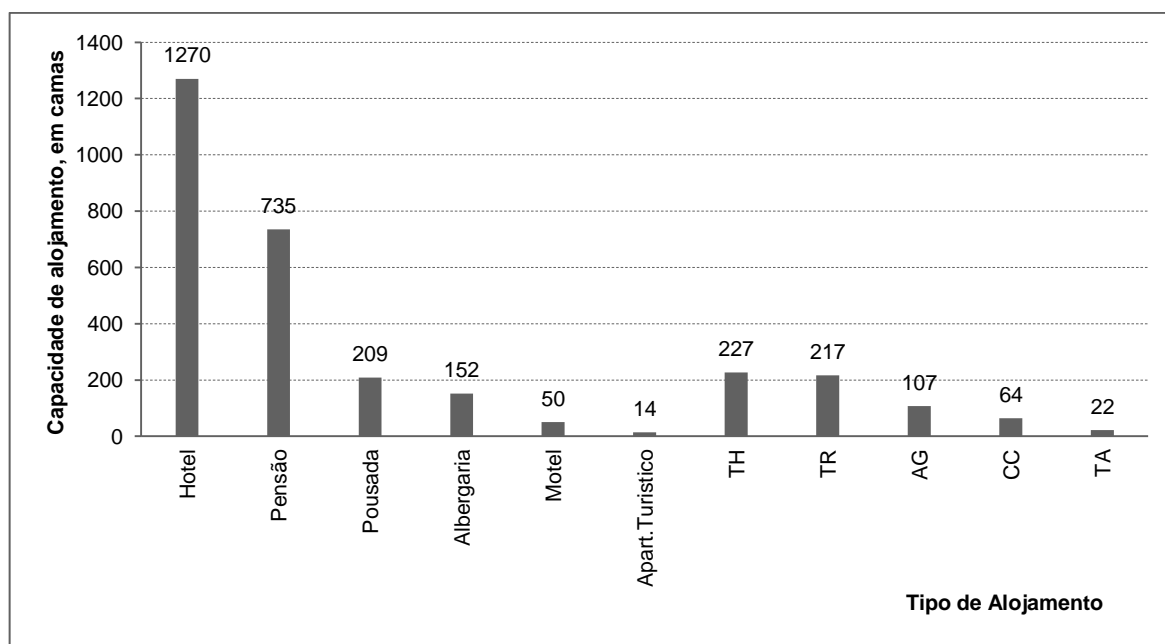


Figura 13 - Distribuição das camas disponíveis no ADV, segundo o tipo de estabelecimento.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no site do Turismo do Douro (Douro, 2011b).

Ainda através dos Anuários Estatísticos do INE (1995, 2009) relativos ao período em estudo, conseguiu-se aferir o número de estabelecimentos TER e a sua capacidade de alojamentos relativos aos anos de 2001 e 2002, que dá uma imagem de uma oferta superior, uma vez que, o número de estabelecimentos hoteleiros disponíveis no ADV, era desta forma, em termos absolutos de 63 e 72, o que elevava a capacidade de alojamento de 2092 e 2635 camas, respectivamente.

Quanto à distribuição dessa capacidade, para esse período, 2001 e 2002, tem-se o município de Lamego com cerca de 25% da capacidade, seguido de Vila Real e Alijó com cerca de 16% e 11%, respectivamente.

Calculou-se ainda a Taxa de Crescimento que, indica a percentagem de variação entre 2001 e 2009 (período para o qual se dispõe de dados para o estudo), tendo-se obtido o valor de 46,6%, ou seja, registou-se um crescimento em termos de capacidade de alojamento, considerando todos os estabelecimentos disponíveis na região do ADV. Neste período registou-se uma variação na capacidade de alojamento, em termos absolutos, de 2092 para 3067 camas.

Mas, com estes dados podemos ainda calcular outro indicador, para o ADV que, poderá mostrar a evolução da capacidade de alojamento, e com isso a oferta, ao longo do período dos 8 anos, que é a Taxa de Crescimento Médio Anual que indicará a taxa a que a variável, capacidade

de alojamento, teria crescido se o seu crescimento tivesse ocorrido a uma taxa constante, assim temos a seguinte fórmula da TCMA.

Aplicando a fórmula, tem-se que a Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) da capacidade de alojamento para o período de 2001 até 2009, com os respectivos valores absolutos de 2092 e 3067, registou uma variação positiva de 4,9%, ou seja, registou-se um crescimento pouco significativo.

3.3. Potencialidades Turísticas do Alto Douro Vinhateiro

Pela análise feita ao Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, apresentado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) em 2008 (CCDR-N, 2008), verifica-se que as principais valências, ou os principais recursos e produtos turísticos, que constituem a imagem forte e potencial turístico, enquanto destino turístico são, de uma forma sintética, os seguintes:

- O VINHO – Região de vinhos únicos, brancos, tintos, aguardentes e na qual se destaca o Vinho do Porto, o mais notável e sublime, bem como das suas tradições.
- O RIO – Um rio navegável, com fortes atractivos paisagísticos, bem como os seus afluentes.
- A PAISAGEM – Paisagem natural e talhada pelo homem, considerada como paisagem evolutiva e viva.
- A SEGURANÇA, TRANQUILIDADE E BEM-ESTAR – A segurança, o silêncio, ambiente despoluído, o clima ameno e a gastronomia rica.
- A NATUREZA – Região preservada pela vocação rural, oferecendo redutos em estado selvagem, bem como locais para os amantes dos desportos radicais aliados a recursos naturais.
- HISTÓRIA E PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO – Elevado e diversificado património histórico-cultural de reconhecida importância, região de tesouros e jóias do património nacional, o Douro detém uma quarta parte do património da região norte, verificando junto às margens do Douro e seus afluentes, edificações que remontam a povos pré-históricos, romanos, mouros e cristãos, como por exemplo, capelas, pontes, calçadas, mosteiros, casas senhoriais, castelos medievais e muitos outros sinais dessas civilizações.
- PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE – Em 14 de Dezembro de 2001, a UNESCO elevou a região do ADV a tão alta classificação, premiando assim a Região Vinícola Demarcada mais antiga do mundo, região que reúne 3 características na sua paisagem que a distingue: o carácter único do território, a relação natural da cultura do vinho com a oliveira e amendoeira e a diversidade da arquitectura local (Douro, 2011), bem como a arte rupestre do Vale do Côa e a proximidade a outros com a mesma classificação.

Para além de todo o potencial turístico material que o ADV apresenta, oferece também, e com elevada importância, um património cultural imaterial.

O património imaterial, é todo o conjunto de manifestações e expressões de natureza intangível que têm a memória oral como meio de preservação e de transmissão, engloba, por isso, não só o campo “esmigalhado” da literatura popular de tradição oral (lendas, mitos, contos populares, romanceiros, cancioneros, quadras, autos populares, excelências, adivinhas, rimas infantis, formulas de superstições e de mezinhas, agouros ou profecias...), como também todo o universo de saberes e vivências da cosmogonia popular, tais como falares regionais, os ritos e festas, os jogos e as danças, os saberes do artesanato, da culinária, etc, diferindo da cultura material, pela natureza dos seus suportes, uma vez que esta assenta na estrutura física das obras (Perafita, 2007). Segundo o mesmo autor o ADV é uma região com um espaço cultural marcado pela resistência de uma memória oral que preserva forma de saber, de pensar e de agir definidoras da filosofia de vida e da personalidade do povo que nele habita. São por isso parte activa da sua identidade cultural.

Assim, o Alto Douro Vinhateiro apresenta um leque diversificado de recursos e produtos que, articulados da melhor forma, podem potenciar uma maior oferta turística, contribuindo para um incremento da actividade turística na região.

3.4. Avaliação da Região do ADV como Destino Turístico

3.4.1. Índice de Preferência

Existem destinos que, pela sua acessibilidade, pelas suas características ou também pelas condições de atractividade que possuem, são preferidos relativamente a outros destinos turísticos. Mas a capacidade de atracção não se mantém ao longo do tempo, havendo destinos com características e condições idênticas à de outros que não conseguem captar idênticas correntes turísticas. Assim, torna-se pertinente avaliar cada destino em termos das preferências que exercem sobre a escolha dos turistas. Para isso determina-se o Índice de Preferência (IP), pela relação de entre o número de turistas ou hóspedes chegados a uma determinada região (Ta) e o número total de turistas ou hóspedes chegados ao país, registados nos meios de alojamento (Tt) (Cunha, 2001; Fernandes 2005; Padilla & McElroy, 2005; Margarida & Dinis, 2007; Cuccia & Rizzo, 2011) dado pela seguinte expressão:

$$IP = \frac{Ta}{Tt} \quad [1]$$

Segundo Cunha (2001), a evolução deste índice permite avaliar a influência que uma região exerce na preferência ou não, em relação às outras e de que modo se comportam as regiões perante a evolução do turismo, em geral, do país.

Para fazer uma avaliação de preferência sobre a região do ADV, utilizaram-se indicadores que possam indicar a região do ADV como um destino turístico de eleição, que reúna a preferência da maioria dos turistas, nacionais ou estrangeiros. Para se conseguir ter uma percepção dessa escolha utilizou-se o índice de preferência turística, e para o seu cálculo recolheram-se dados para o período que engloba a classificação da ADV pela UNESCO de, Património Mundial da Humanidade. Assim, pode-se verificar que relativamente à evolução da preferência pelo ADV, a tendência nos últimos anos foi decrescente em termos totais, mas verifica-se também que, o índice de preferência decresceu em termos de turistas nacionais. Porém, em termos de turistas estrangeiros, o índice foi crescente, relativamente às outras regiões, como se pode observar na Figura 14 e Tabela A.20, do Anexo, sobre essa evolução ao longo do período de 1995 a 2009.

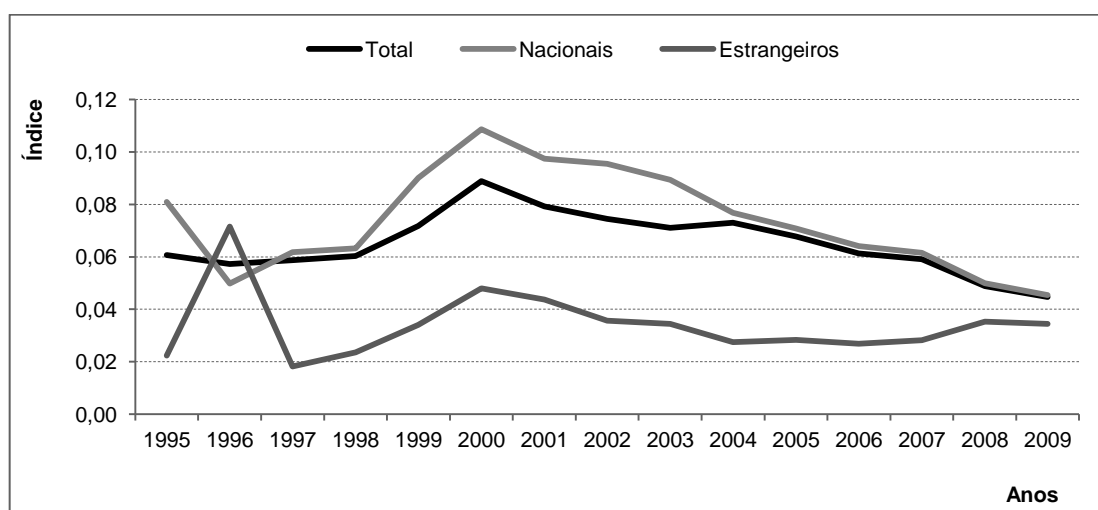


Figura 14 - Evolução do Índice de Preferência pelo ADV, para o período de 1995 a 2009.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Analisando a média dos índices de preferência, relativamente à Região Norte, ao longo do período em estudo, constata-se que a região do grande Porto reúne a preferência dos turistas, destacando-se de forma muito acentuada das demais regiões, seguindo-se da região do Cávado e sendo que, relativamente ao ADV apresenta um índice de 0,07 quase idêntico a regiões como Minho, Ave e Alto Trás-os-Montes, e muito superior a regiões como Tâmega e Entre Douro e Vouga, conforme a Figura 15 e Tabela A.21, do Anexo.

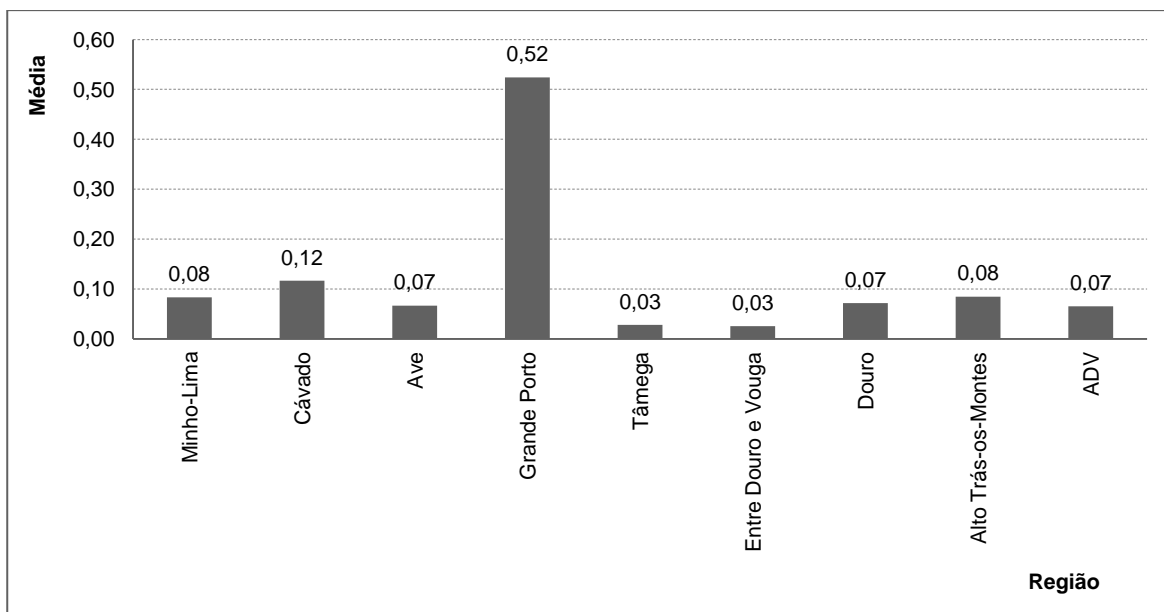


Figura 15 - Média de Preferências por NUT III e ADV.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Ainda, analisando a preferência dos hóspedes segundo o país de residência habitual, verifica-se que todas regiões são de maior preferência dos hóspedes nacionais, excepto a região do Grande Porto que, é maioritariamente da preferência dos hóspedes estrangeiros, como se pode constatar da análise da Figura 16 e Tabela A.21, do Anexo.

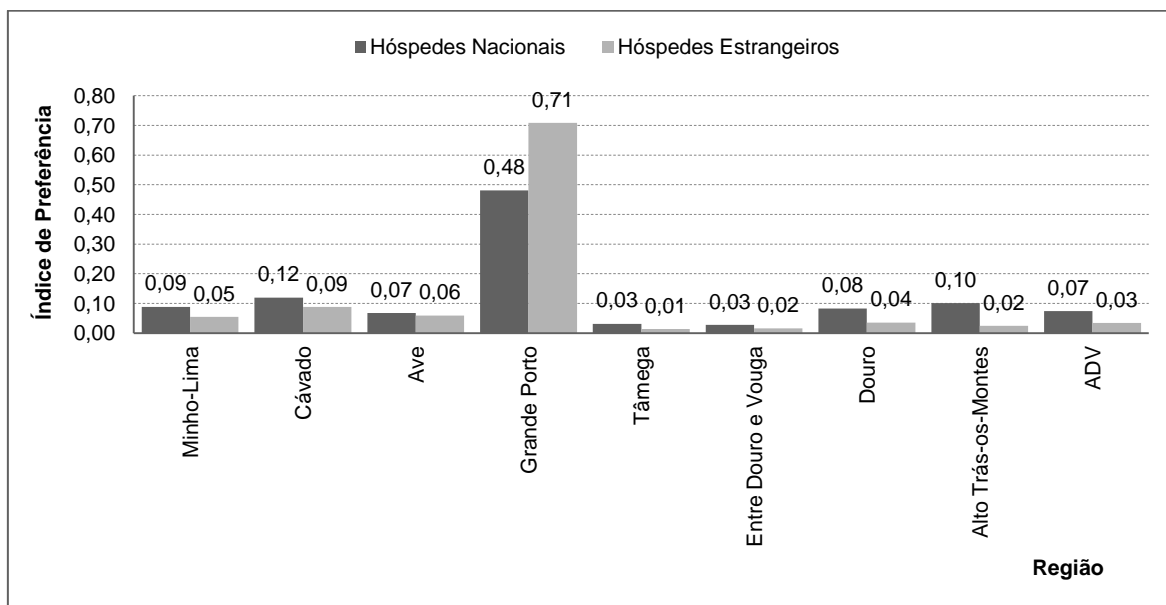


Figura 16 - Índice de preferência dos hóspedes segundo o país de residência habitual, por NUT III.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

3.4.2. Índice de Saturação Turística

Outro indicador que importa analisar é o Índice de Saturação Turística, também designado de indicador de impacto social, o qual permite avaliar a importância do turismo em cada região e a capacidade deste para suportar acréscimos adicionais da procura turística. Uma região com índice inferior a outra tem uma importância turística menor mas, tem uma capacidade maior de crescimento potencial (Cunha, 2001). Para valores superiores à unidade, significa que o número de turistas que visitaram determinada região, é superior à população residente nela, indicia um impacto negativo, quer do ponto de vista social, quer ambiental, provocando uma menor satisfação dos turistas, porque no calculo deste indicador, tem-se por base que os equipamentos e as infra-estruturas existentes na região (ex: hospitais, estradas, etc.), estão calculados para a população local, logo quando são colocados numa situação de carga excessiva de turistas, irá implicar um decréscimo significativo da qualidade de vida, tanto para os residentes na região como para os turistas que a visitaram.

De salientar que para analisar este indicador deve ser analisado em simultâneo as variações do número de turistas e a permanência média, porque pode verificar-se um aumento do número de turistas que relacionando com a população, indica que se atingiu valores desaconselháveis, mas se o indicador da permanência média diminuir, pode-se dizer que o impacto social pode não ser significativamente afectado, tendo-se mantido ou mesmo, atenuado (Cunha, 2001).

O Índice de Saturação Turística (IST) relaciona o número de turistas que visita uma determinada região e a respectiva população total nela residente, e pode ser calculado usando a seguinte fórmula (Cunha, 2001; Fernandes 2005; Padilla & McElroy, 2005; Santana-Jiménez & Hernandez, 2011):

$$IST = \frac{N^{\circ} \text{ de turistas/hóspedes}}{N^{\circ} \text{ de residentes}} \quad [2]$$

Calculando o índice de saturação da região Norte, região do Douro e região do ADV, apresentado na Tabela 4, verifica-se que os índices relativamente à região Norte não atingem valores muito elevados. Tal significa que ainda não atingiu valores que possam causar um impacto negativo, quer social, quer ambiental, pelo que ainda possui capacidade de crescimento potencial. Já na região do Douro e, mais propriamente na região do ADV, os índices de saturação são bem mais elevados, valores que se aproximam da unidade, significando que se estará a colocar em perigo o equilíbrio e o bem-estar da região, mas como a estada média se mantém em valores não muito alterados, ao longo dos anos em estudo, ou seja, cifrando-se em valores entre 1,5 e 1,7, não atingindo os dois dias, pode dizer-se que, ainda não estará em situação de se concluir que haja

um impacto social negativo, em que as infra-estruturas possam claudicar, numa situação de excesso de carga, mesmo que sazonal.

Verifica-se, pela análise dos anuários estatísticos do INE entre 1995 e 2009, e conforme a Tabela 4 que, apesar da diminuição da população nos últimos anos, existe também uma ligeira diminuição de turistas/hóspedes, o que contribui para que o índice não se aproxime mais da unidade, tendo até diminuído nos últimos dois anos.

Tabela 4 - Evolução da população, hóspedes, IST no período de 1995 a 2009.

	População			Hóspedes			ÍNDICE DE SATURAÇÃO TURÍSTICA		
	Norte	Douro	ADV	Norte	Douro	ADV	Norte	Douro	ADV
1995	3 530 800	235 160	188 960	1 363 754	83 295	82 810	0,39	0,35	0,44
1996	3 544 780	234 670	188 430	1 417 113	84 113	81 215	0,40	0,36	0,43
1997	3 561 820	234 430	188 090	1 456 891	94 038	85 599	0,41	0,40	0,46
1998	3 578 310	234 340	187 810	1 612 086	102 888	97 222	0,45	0,44	0,52
1999	3 592 380	233 710	187 160	1 674 471	125 188	120 134	0,47	0,54	0,64
2000	3 687 212	221 853	180 702	1 673 367	151 005	148 741	0,45	0,68	0,82
2001	3 657 813	218 343	177 947	1 663 640	145 402	131 934	0,45	0,67	0,74
2002	3 691 922	218 591	177 942	1 845 700	154 874	137 403	0,50	0,71	0,77
2003	3 711 797	217 982	177 299	1 761 751	146 851	125 101	0,47	0,67	0,71
2004	3.727.310	217.067	176.432	1 838 017	153 721	134 298	0,49	0,71	0,76
2005	3 737 791	215 527	175 014	1 925 667	151 607	130 559	0,52	0,70	0,75
2006	3 744 341	214 045	173 652	2 144 033	151 181	131 343	0,57	0,71	0,76
2007	3 745 236	212 170	172 005	2 373 563	157 655	140 376	0,63	0,74	0,82
2008	3 745 439	210 019	170 192	2 412 837	140 879	117 713	0,64	0,67	0,69
2009	3 745 575	208 101	168 517	2 466 818	129 787	110 079	0,66	0,62	0,65

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Estes resultados alertam no sentido que as entidades governamentais deverão ter cuidado com as decisões que possam vir a tomar, relativamente as infra-estruturas existentes e às que poderão vir a existir, uma vez que, se a política relativa ao turismo no Douro é no sentido de atrair turistas para a região, explorando os recursos que a região oferece, deve pensar-se seriamente que, proporcionalmente ao crescimento dos índices de turismo que querem que exista, devem fazer acompanhar com uma oferta de infra-estruturas básicas à altura da procura turística não só relativamente aos números de turistas que afluem à região mas também ao tipo de turistas e o tipo de tratamento que estão habituados a ter em termos de serviços.

4. CLASSIFICAÇÃO DE PATRIMÓNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE DA REGIÃO DEMARCADA DO ALTO DOURO VINHATEIRO: IMPACTO NO TURISMO

Neste ponto vai analisar-se a evolução de determinados indicadores macroeconómicos, no sentido de se perceber se a atribuição da classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial da Humanidade teve algum impacto no sector do turismo, essencialmente na actividade hoteleira da região. Os indicadores que vão ser analisados tiveram por base a conta satélite do turismo, indicadores da actividade turística e económica em Portugal (Turismo de Portugal, 2011) e indicadores criados no âmbito do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo (DREM, 2006), tais como: a constituição de empresas; o pessoal ao serviço; volume de negócios; o produto interno bruto; o valor acrescentado bruto; e preços médios por noite. Os dados para os indicadores foram recolhidos junto do Instituto Nacional de Estatística e junto de algumas unidades hoteleiras da região, para o período em estudo (1995 e 2009). Foram utilizados os indicadores anteriormente referidos por serem os mais utilizados para a medição do impacto económico, bem como para a modelação de indicadores da actividade turística que se encontrem relacionados com variáveis macroeconómicas, de acordo com os autores Frechtling (2010), Sequeira e Nunes (2011), Setaanah (2011), Andersson e Lundberg (2013).

Embora esta análise pudesse ser realizada em diferentes perspectivas (do ponto de vista ambiental, social ou económico), privilegiou-se a análise do impacto económico direto e indireto no sector do turismo nesta região (Stynes, 1997; Getz, 2008), ainda que não fosse possível efectuar uma análise exaustiva de vários indicadores por não existirem em dados (secundários, no INE) desagregados para a região, tendo em consideração que o objectivo principal da presente dissertação já referido acima. Saliente-se ainda que a candidatura dos países e das regiões a património mundial é frequentemente realizada com intuito de obter benefícios económicos para o país/região, sendo o desenvolvimento económico e social, das diferentes actividades económicas aí desenvolvidas e do setor turístico em particular, além do objectivo de preservar esse património e o seu reconhecimento (UNESCO, sd).

4.1. Análise da Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros

De acordo com Melo (2002) e Boland (2007), o interesse para a análise económico-financeira, do estudo do desenvolvimento a uma escala pequena, tem vindo a ser cada vez mais defendido pela Ciência Regional. Com este novo interesse de análise tem-se reconhecido um papel acrescido aos agentes promotores do desenvolvimento, na elaboração e execução de políticas mais territoriais, com objectivo de melhorar localmente a vida das populações.

4.1.1. Constituição de Empresas ENI e Sociedades, segundo a Actividade CAE Rev. 2.1 e Rev. 3 - Hotelaria - Alojamento, Restauração e Similares

A constituição de empresas no sector de actividade da Hotelaria, Alojamento, Restauração e Similares, segundo o CAE (INE, 1995 - 2009), é um indicador que fornece informação do impacto que o incremento do turismo poderá ter na região do ADV, uma vez que é um indicador incluído num grupo de indicadores construídos para aferição do desenvolvimento económico local, segundo o Indicador de Desenvolvimento Municipal referido por Lima (2008).

Relativamente à evolução verificada quanto à constituição de empresas do sector hoteleiro e restauração na Região ADV, o que se pode observar é que tem vindo a aumentar o número de empresas quer a nível nacional quer a nível das restantes regiões em análise, mas existe um período em que o aumento é bastante significativo que é entre o ano de 1995 e 2005, nomeadamente nos períodos de 2002/2003 com taxas de crescimento a cifrar-se entre os 5,32% em Portugal, 5,27% na Região Norte, 5,06% no Douro e 4,73% no ADV, e no período de 2003/2004 em que temos taxas de crescimento bastante significativas, cifrando-se em 20,59% em Portugal, 27,65% na Região Norte, 23,18% no Douro e 23,59% no ADV, períodos que se situam após a atribuição da classificação da UNESCO, verificando-se depois um ligeiro decréscimo, mas

ficando sempre em valores superiores aos períodos antes classificação, conforme a Figura 17 e Tabela A.22, do Anexo e Tabela 5.

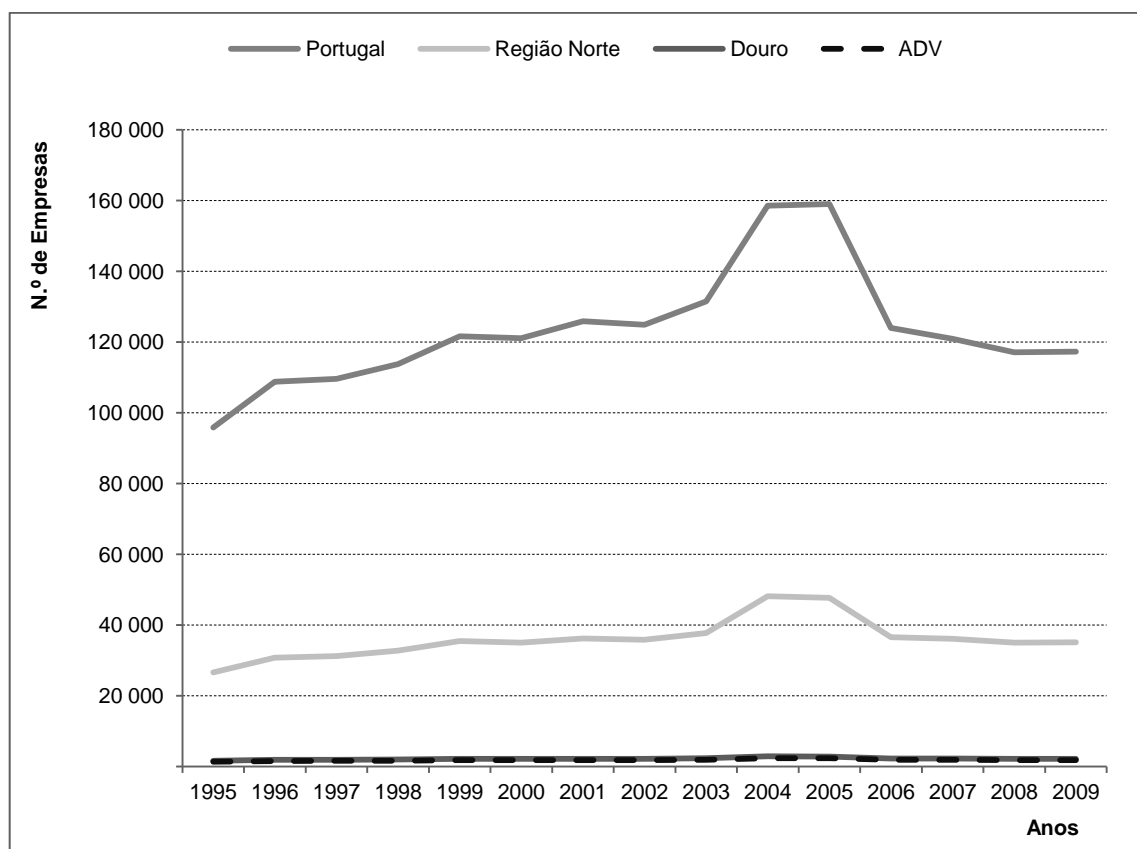


Figura 17 - Evolução do número de empresas criadas no período de 1995 a 2009 no ADV.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Tabela 5 - Taxa de Crescimento anual da criação de empresas no ADV entre 1999 e 2009.

Taxa de crescimento de empresas															
NUTS/Concelhos	Actividade CAE Rev 2.1 e Rev 3 - Hoteleira - Alojamento, Restauração e Similares														
	1995/1996	1996/1997	1997/1998	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Média
Portugal	13,55%	0,71%	3,82%	6,91%	-0,42%	3,96%	-0,82%	5,32%	20,59%	0,28%	-22,02%	-2,51%	-3,11%	0,15%	1,89%
Região Norte	15,71%	1,46%	4,95%	8,36%	-1,31%	3,32%	-1,10%	5,27%	27,65%	-0,87%	-23,30%	-1,40%	-2,96%	0,38%	2,58%
Douro	13,24%	1,46%	5,28%	9,22%	-2,92%	4,21%	-0,18%	5,06%	23,18%	-1,67%	-20,33%	0,09%	-3,53%	0,56%	2,41%
ADV	14,31%	1,63%	5,07%	8,61%	-2,59%	4,10%	-0,39%	4,73%	23,59%	-1,85%	-20,19%	0,27%	-4,65%	1,03%	2,41%

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Analisando as Figuras 18 e 19 (bem como as Tabelas A.22 a A.24, do Anexo), que dizem respeito à evolução do número de empresas na região do Douro e na região do ADV bem como à evolução do pessoal ao serviço no ramo da hotelaria para o período de 1995 a 2009, verifica-se um aumento progressivo do número de pessoal, tanto no Douro como na região do ADV. Este aumento foi acompanhado por um aumento do volume de negócio, verifica-se pelos dados de

1999 a 2009, não foi possível recolher dados para os períodos anteriores a 1999, bem como no ano de 2006, mas com os dados disponíveis, consegue-se perceber que o volume de negócios acompanhou o aumento do número de empresas e o aumento do pessoal ao serviço. Pode-se assim dizer que, este aumento de pessoal foi acompanhado pelo aumento de volume de negócios, resultante do aumento de hóspedes e dormidas. De referir que os dados apresentados dizem respeito ao período de 1999 a 2009 mas não se dispõe destes valores em 2006.

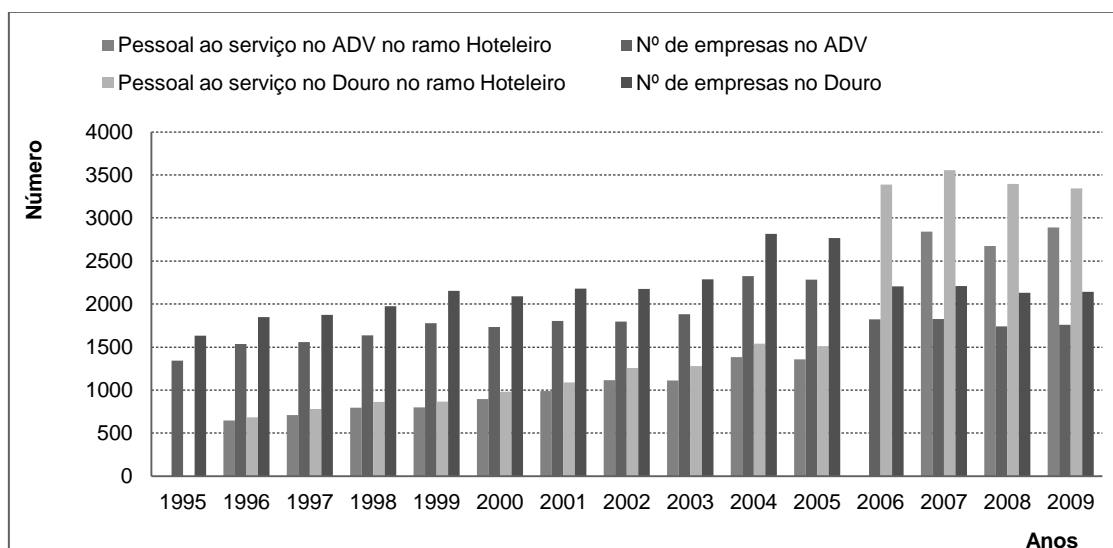


Figura 18 - Evolução do pessoal e das empresas no Douro e no ADV.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

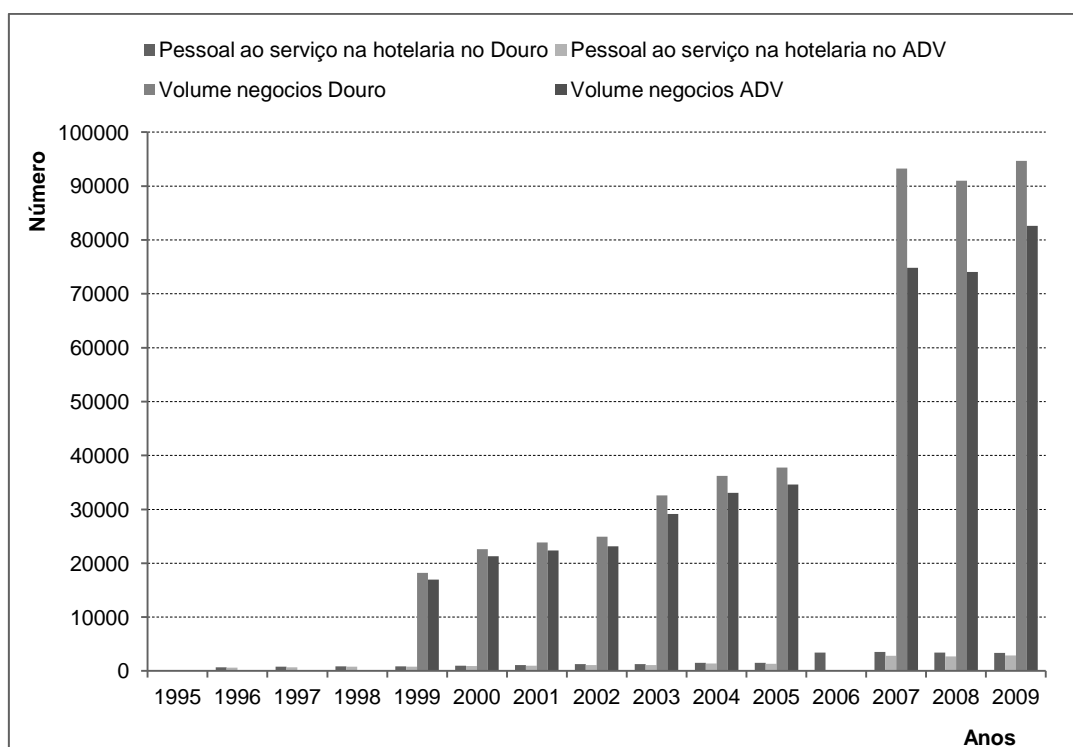


Figura 19 - Pessoal ao Serviço e o Volume Negócios no Douro e ADV.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

4.1.2. Produto Interno Bruto a preços correntes

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um determinado período (INE, 2012). O PIB é um dos indicadores utilizados com o objectivo de mensurar a actividade económica de uma região. Assim, para o período de 1995 a 2009, recolheram-se dados para a região do Douro, não se conseguindo os dados necessários para a região do ADV. Ainda assim, analisando os dados para a região do Douro, verificou-se um crescimento contínuo desde 1995 até 2009, bem como do PIB *per capita*, que indicia um crescimento da economia na região do Douro e na região do Norte e Portugal, como se pode verificar na Figura 20 e Tabela A.25, do Anexo.

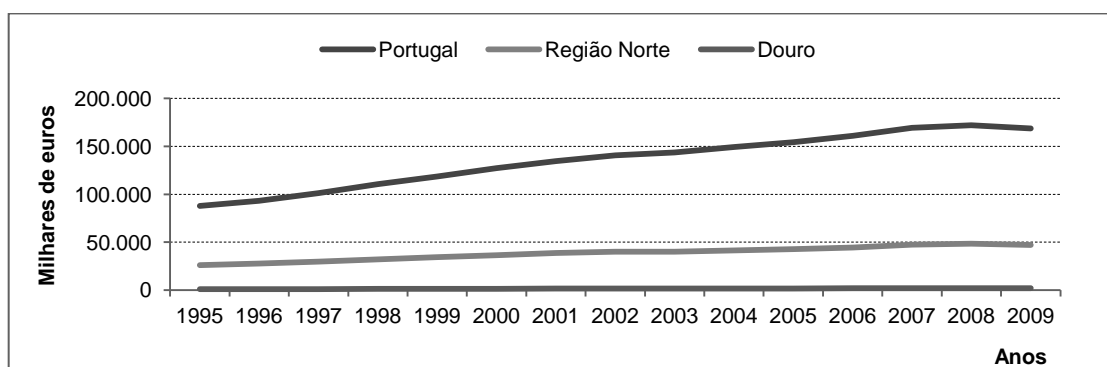


Figura 20 - PIB a preços correntes entre 1995 e 2009.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Tendo-se em conta o PIB a preços correntes e o volume de negócios da região do Douro, verifica-se também um crescimento contínuo, ou seja, um aumento do PIB, acompanhado pelo crescimento do volume de negócios das empresas ligadas à hotelaria (ver Figura 21 e Tabelas A.24 e A.25, do Anexo).

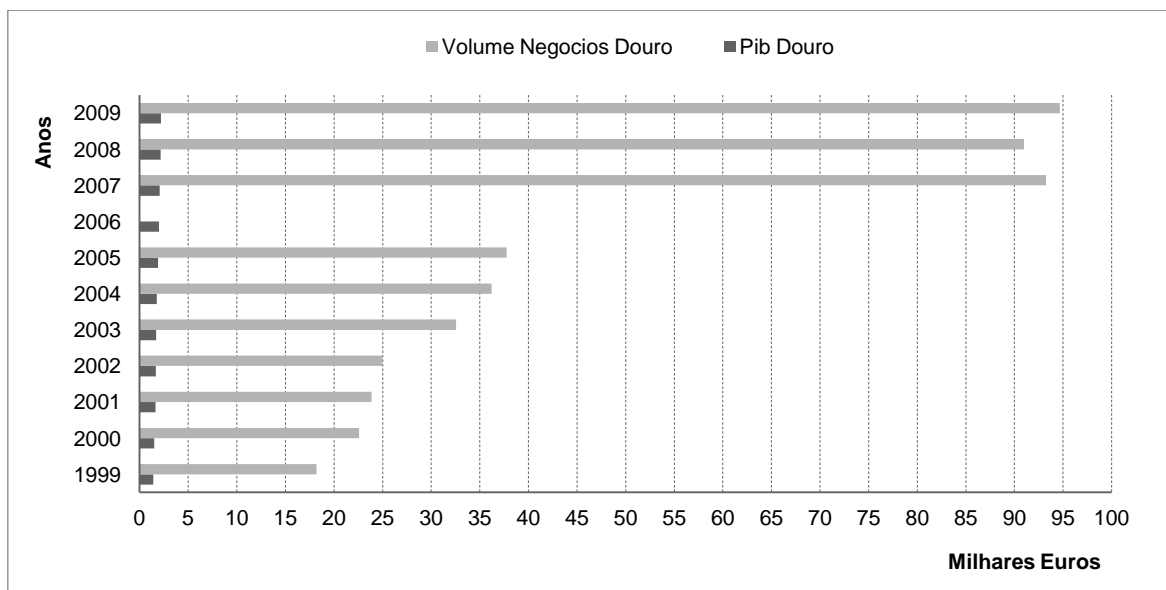


Figura 21 - PIB a preços correntes e Volume negócios - empresas hoteleiras.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1999-2009).

De 1999 a 2009 verificou-se uma variação do volume total de negócios, tendo em conta todas as actividades, de cerca de 42,5% na região Norte e de cerca de 94,5% na região Douro, mas analisando-se só o crescimento do volume de negócios da actividade hoteleira na região Douro, verificou-se um aumento de cerca de 420,5%, que em termos absolutos foi um aumento de 18190 (milhares de euros) em 1999 para 94676 (milhares de euros) em 2009, o que reflecte bem a importância que o turismo começa a ter na região, pode-se ver que o peso da actividade hoteleira passou de um peso, relativamente ao volume total da região Douro, de 1,69% em 1999 para 4,53% em 2009 e que, o volume de negócios das unidades hoteleiras no ADV, pesa em média cerca de 86,8% relativamente à região Douro (Figura 22 e Tabela A.24 do anexo).

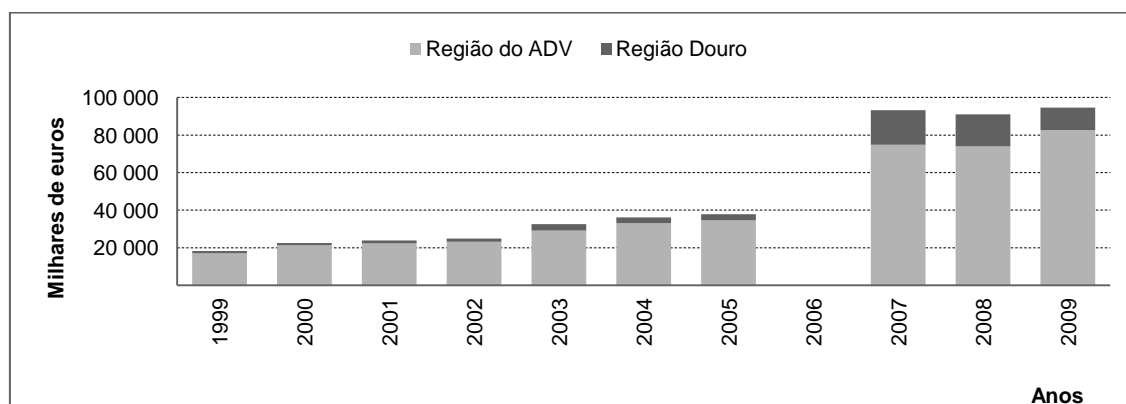


Figura 22 - Peso do volume de negócios do ADV sobre o total da Região do Douro no período de 1999 a 2009.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1999-2009).

A região Douro apresenta uma Taxa de Crescimento Média Anual (TCMA) do volume de negócios de 17,9% e a da região do ADV, cifra-se nos 17,2%, ambas superiores à TCMA da região Norte que se cifra nos 10,9% e de Portugal que se fica pelos 8,6%. Ainda, relativamente à região do Douro, comparando a TCMA do volume de negócios da actividade hoteleira com o volume de negócios da totalidade das actividades verifica-se um valor de 17,9% e 6,9%, comprovando-se assim, o valor que o turismo vai tendo na região.

4.1.3. Valor Acrescentado Bruto a preços base

O Valor Acrescentado Bruto, é o saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os sectores institucionais como para os ramos de actividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos (INE, 2012).

Relativamente ao período em estudo, verifica-se uma evolução crescente do VAB a preços base, para a actividade de serviços por NUTS III, conforme o Figura 23 e Tabela A.26, do Anexo.

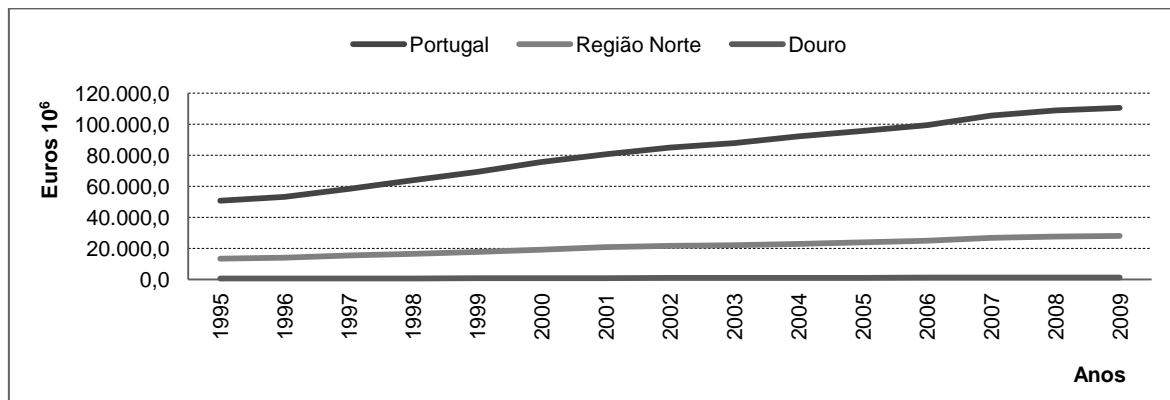


Figura 23 - Evolução do VAB a preços base para a Actividade de Serviços para o período de 1995 a 2009.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

Para o período em estudo, ou seja, de 1995 a 2009, e considerando os dados do VAB para a região Douro, pode verificar-se pela Figura 24 e Tabelas A.26 e A.27, do Anexo, que o VAB cresce sempre ao longo dos anos, tanto para todas as actividades como para a actividade de serviços, na qual está incluída a actividade hoteleira, e que, a actividade hoteleira tem um peso grande relativamente ao VAB da totalidade das actividades, o que significa que a actividade de serviços

contribui, em média, com cerca de 70% do VAB total da região Douro, como se pode ver ao longo do período em análise.

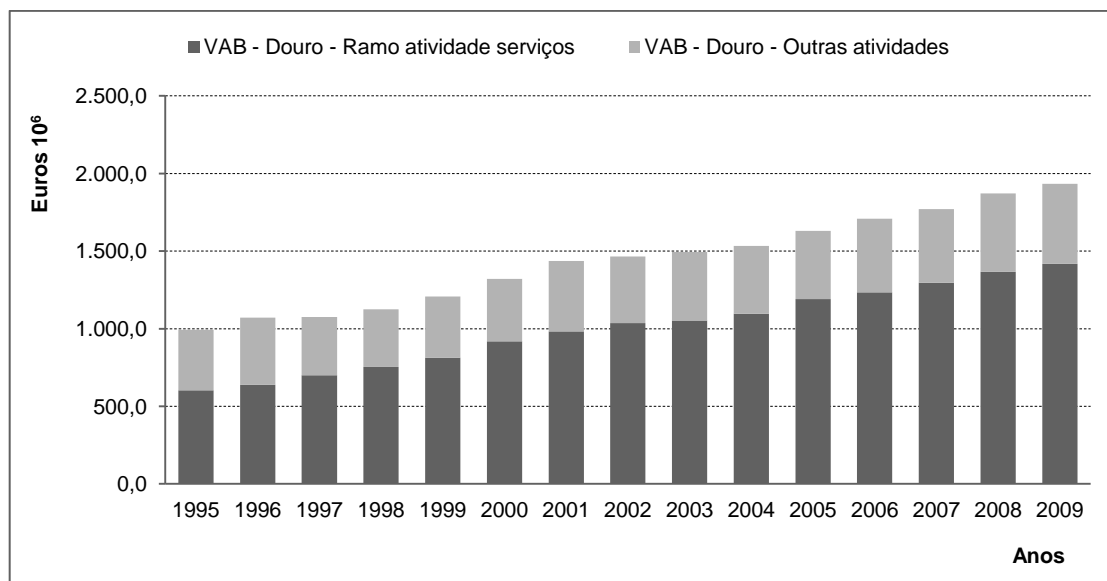


Figura 24 - VAB da região Douro para o período de 1995 a 2009.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no INE (1995-2009).

4.1.4. Preços Médios por Noite

Para o cálculo deste indicador solicitou-se o fornecimento dos Preços Médios por noite em regime de Alojamento e Pequeno-almoço, durante o período em estudo, de 1995 a 2009, a quatro unidades hoteleiras, localizadas na região do Alto Douro Vinhateiro (ADV). As unidades hoteleiras, objecto de estudo, foram: Quinta do Reconco, com 6 quartos, Quinta do Barreiro, com 4 quartos e Quinta da Costa, com 7 quartos, da tipologia de turismo em espaço rural e a Pousada Barão de Forrester, com 21 quartos, da tipologia pousada. A capacidade de oferta representa em termos de estabelecimentos, cerca de 13% da oferta média da região e em termos de capacidade de alojamento, pressupondo que os quartos são do tipo duplo, cerca de 76 camas, que correspondem a cerca de 4% da quota de mercado da região do ADV.

Relativamente aos dados fornecidos, deve considerar-se que a unidade Quinta do Reconco só forneceu dados para o período de 1999 a 2009, uma vez que só abriu ao público em 1999. As outras duas unidades Quinta do Barreiro e Quinta da Costa, facultaram dados desde 1995 a 2009, e a Pousada Barão de Forrester forneceu dados de 2004 a 2009, sendo os dados de 1999 a 2003 estimados e validados pelo director da pousada, como se pode verificar na Tabela 6.

Tabela 6 - Preço Médio das unidades hoteleiras do ADV.

Unidades Hoteleiras	QUINTA DO BARREIRO	QUINTA DA COSTA	QUINTA DO RECONCO	POUSADA BARAO FORRESTER
	TURISMO RURAL	TURISMO RURAL	TURISMO RURAL	POUSADA
Quartos	4	7	6	21

PERIODO EM ESTUDO	Preço Médios por Noite Praticados (Euros)			
	ALOJAMENTO E P.ALMOÇO	ALOJAMENTO E P.ALMOÇO	ALOJAMENTO E P.ALMOÇO	ALOJAMENTO E P.ALMOÇO
1995	30,00 €	30,00 €	-	-
1996	30,00 €	30,00 €	-	-
1997	35,00 €	35,00 €	-	-
1998	35,00 €	35,00 €	-	-
1999	35,00 €	35,00 €	55,00 €	65,75 €
2000	40,00 €	40,00 €	55,00 €	64,35 €
2001	40,00 €	40,00 €	55,00 €	63,45 €
2002	40,00 €	40,00 €	55,00 €	65,82 €
2003	40,00 €	40,00 €	55,00 €	62,34 €
2004	40,00 €	40,00 €	55,00 €	65,97 €
2005	45,00 €	45,00 €	55,00 €	64,31 €
2006	45,00 €	45,00 €	55,00 €	63,19 €
2007	45,00 €	45,00 €	55,00 €	65,62 €
2008	50,00 €	50,00 €	55,00 €	62,05 €
2009	55,00 €	55,00 €	55,00 €	70,95 €

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados fornecidos pelas unidades hoteleiras (1995-2009).

Como se pode verificar, existe um ligeiro aumento dos preços médios por noite, de ano para ano, nas unidades, Quinta do Barreiro e Quinta da Costa, até de uma forma igual, visto que se trata de unidades hoteleiras que pertencem ao mesmo grupo económico de empresas. Pela análise à Figura 25, pode observar-se a variação desse aumento, desde 1995 a 2009, nos 83,3% que em termos absolutos é um aumento de €25,00. Em relação à evolução do preço médio por noite da Quinta do Reconco manteve-se constante ao longo do período em estudo, conforme Figura 25.

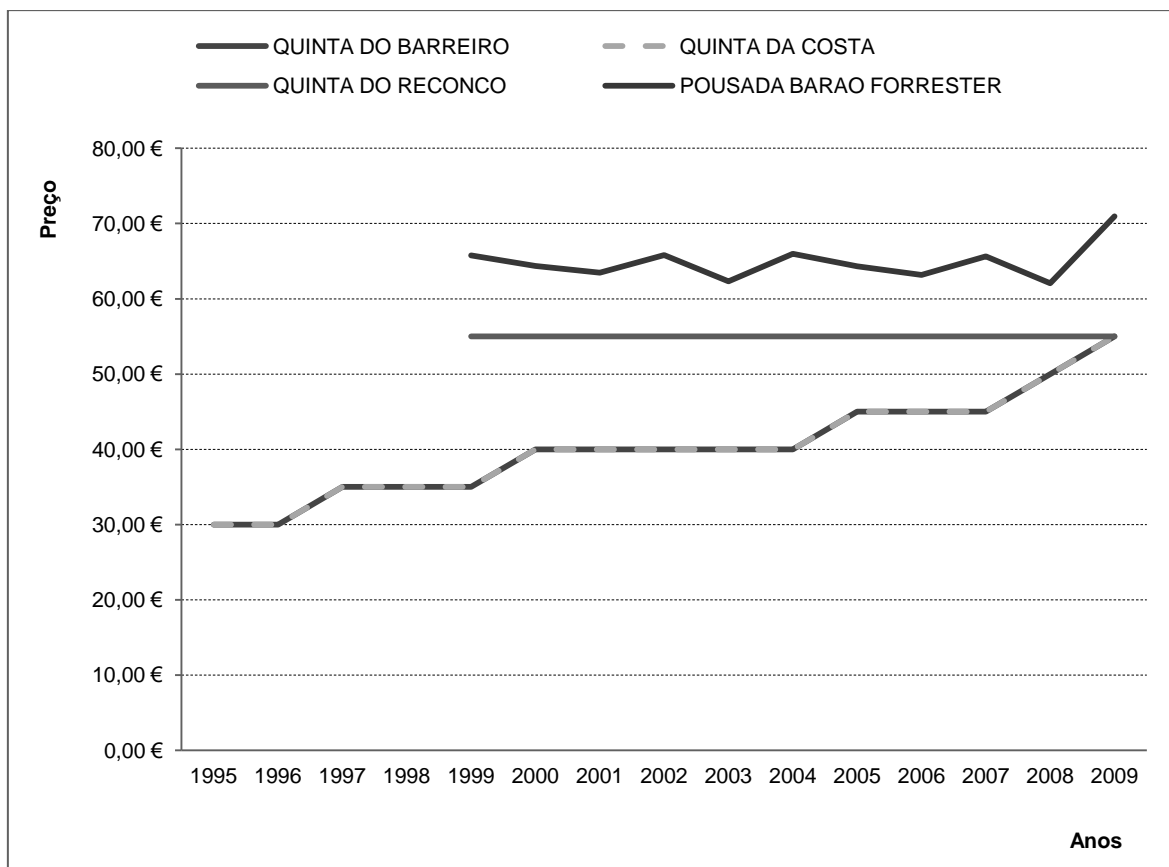


Figura 25 - Evolução do Preço Médio por Noite, por unidade hoteleira.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados fornecidos pelas unidades hoteleiras consultadas (1995-2009).

Calculou-se a Taxa de Crescimento Média Anual (TCMA) do preço médio por noite, verificando-se para as unidades Quinta do Barreiro e Quinta da Costa, para o qual se tem valores para o período de 1995 a 2009, uma variação positiva de 4,42%. Para o período de 1999 a 2009, tendo já valores para as três unidades estudadas, uma variação positiva de 4,62% para Quinta do Barreiro e Quinta da Costa, para a Pousada Barão de Forrester um valor de 0,76%, bastante inferior ao das duas primeiras quintas. Pode, observar-se que, as médias dos preços médios das quintas do Barreiro e Costa, são inferiores aos da Quinta do Reconco e Pousada, sendo a média do preço médio da pousada muito superior, devido à sua tipologia e público-alvo, como se pode confirmar na Tabela 7.

Tabela 7 - Taxa de Crescimento Médio Anual dos preços médios e das médias dos preços.

Unidades Hoteleiras	Taxa Crescimento Médio Anual do Preço Médio por Noite		MÉDIA DOS PREÇOS MÉDIOS (1999 A 2009)	Taxa Crescimento Médio Anual da Média dos Preços Médios por noite
	Taxa de Crescimento Médio Anual (1995-2009)	Taxa de Crescimento Médio Anual (1999-2009)		
QUINTA DO BARREIRO	4,42%	4,62%	43,18 €	2,15%
QUINTA DA COSTA	4,42%	4,62%	43,18 €	
QUINTA DO RECONCO	-	0,00%	55,00 €	
POUSADA BARAO FORRESTER	-	0,76%	64,89 €	

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados fornecidos pelas unidades hoteleiras consultadas (1995-2009).

Outro dado que se pode observar na tabela anterior que a Taxa Crescimento Média Anual das médias dos preços cifra-se em 2,15%, revelando um valor baixo.

CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Com o presente trabalho pretendia-se realizar uma análise dinâmica e estrutural do turismo na região do Alto Douro Vinhateiro antes e após a classificação de Património Mundial da Humanidade. Para tal, foi necessário analisar a evolução de alguns indicadores que permitem medir a procura e a oferta turística. Analisaram-se ainda alguns indicadores económicos, comparando-os com dados a nível nacional, região Norte de Portugal e região Douro, com a finalidade de se averiguar as consequências que, a classificação da região do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial da Humanidade pela UNESCO provocou no desenvolvimento do sector do turismo na região do ADV. Ainda, era propósito do estudo dar contributos para alertar as entidades oficiais e privadas, responsáveis pelo sector do turismo, no sentido de os ajudar na tomada de decisões para o desenvolvimento, divulgação, promoção, ordenamento e regulamentação do turismo na região.

Deste modo e em relação aos resultados obtidos do tratamento e análise dos dados recolhidos, relativos a alguns indicadores do turismo para esta região, as principais conclusões foram as seguintes:

- Em termos de procura, verificou-se que o número de dormidas e de hóspedes, registou um crescimento significativo entre o ano de 1995 e 2000, mas a partir de 2000 inicia-se uma diminuição continua até 2009, o que significa que, apesar da classificação em 2001 de Património Mundial da Humanidade, esta não influenciou estes dois indicadores;

- Verificou-se que apesar da diminuição dos dois indicadores, referidos no ponto anterior, o número total de dormidas diminuiu menos que o número total de hóspedes, o que justifica um ligeiro aumento da taxa média de permanência de 1,3 em 1995 para 1,7 em 2009. Isto é, o hóspede não chega a permanecer 2 noites em estabelecimentos da região do Douro e do ADV. Tais resultados poderão provavelmente estar relacionados com a falta, na região do ADV, de eventos, infraestruturas e entidades privadas ligadas a actividades de lazer, por forma a atrair o turista, fazendo-o permanecer mais tempo na região;

- Relativamente à procura, segundo o país de residência habitual, verificou-se que, ao contrário do indicador para a região de Portugal (em que o maior número de turistas é estrangeiro), a região do ADV apresenta uma grande dependência do mercado nacional, tendo-se observado, porém, um aumento da procura por parte de hóspedes residentes no estrangeiro, nomeadamente na União Europeia e outros países nos últimos anos do estudo, 2008 e 2009;

- No momento da classificação, em 2001 e anos seguintes, não se verificaram alterações significativas em relação à procura turística, tendo-se registado pequenas oscilações no sentido negativo. Só se observaram picos de procura turística em 2004 e 2007, possivelmente devido à organização do evento do Europeu de Futebol (em 2004), e à presidência da União Europeia, que decorreu durante o ano de 2007;

- Em relação à evolução da receita por aposento, das empresas do sector do turismo, e com as devidas limitações na recolha de dados, uma vez que só foi possível recolher dados relativos ao período de 1999 a 2009 (mesmo assim abrangendo o período da classificação do ADV pela UNESCO), verificou-se um crescimento significativo na região do ADV, ou seja, registou-se um aumento da receita por aposento de cerca de 79%, acompanhando a tendência de crescimento verificada para a região do Norte de Portugal, que se cifrou nos 60% e para a região do Douro, de 91%, sendo esta fortemente influenciada pela região do ADV, o que reflecte o aumento verificado da procura referente ao registado em 1995 e o registado em 2009 (em termos absolutos). Calculada a Taxa de Crescimento Média Anual (TCMA) da receita por aposento, constatou-se que houve um ligeiro aumento da receita, tanto na região Norte de Portugal, de 4,8%, como na região Douro (6,7%) assim como na região do ADV (6%), reflectindo assim o que se concluiu para a procura;

- Relativamente à oferta a região do ADV representa cerca de 95% da capacidade de alojamento da região do Douro e cerca de 7% da região do Norte de Portugal e 1% da capacidade de alojamento existente em Portugal, tendo em termos absolutos, e para o período em observação, uma média de 32 estabelecimentos, distribuídos por várias tipologias. De referir que não se verificaram grandes diferenças entre o número de estabelecimentos existentes antes e depois da classificação da região do ADV. Observou-se um aumento da capacidade de alojamento entre o ano de 1995 e 2000, havendo pequenas oscilações, pouco significativas, até 2009, de acordo com os dados

publicados pelo Instituto Nacional de Estatística. Verificou-se, no entanto que, dos dados disponibilizados no site do Turismo do Douro, existe um número maior de estabelecimentos, sendo neste caso considerados estabelecimentos da tipologia TER – Turismo em Espaços Rurais, elevando assim a capacidade de alojamento para cerca de 103 estabelecimentos, repartidos pelos 13 concelhos. Lamego foi o concelho com maior número de estabelecimentos, com 26 e com uma capacidade de 922 camas, seguido de Vila Real, com 11 estabelecimentos e 542 camas, Alijó com 11 estabelecimentos e 289 camas, os mais significativos, seguindo-se Peso da Régua, Sabrosa, Vila Nova de Foz Coa, Armamar, Tabuaço, Torre de Moncorvo, São João da Pesqueira, Mesão Frio, Carrazeda de Ansiães e Santa Marta de Penaguião (de acordo com os dados recolhidos em 2011);

- Quanto ao Índice de Preferência (que permite aferir cada destino em termos de preferência que exerce sobre a escolha dos turistas), constatou-se um pico da preferência em 2000 e essencialmente por turistas nacionais, vindo a decrescer até 2009. Em termos de turistas estrangeiros, observaram-se dois picos, um em 1996 e outro em 2000, decrescendo até 2004, crescendo novamente até 2009, mantendo-se inferior à preferência dos nacionais. Relativamente às regiões, o ADV apresentou um índice de 0,7. A região do Grande Porto é a que apresenta o índice mais elevado (0,52), seguindo-se a região do Cávado, com 0,12. Em relação aos hóspedes e segundo o seu país de origem, verificou-se que os nacionais apresentaram um índice de preferência maior do que os estrangeiros relativamente ao ADV, pelo que indicia que esta região estará fortemente dependente do mercado nacional. Estes resultados também indicam que as autoridades públicas e a iniciativa privada do sector do turismo terão que envidar mais esforços (e.g., mais campanhas promocionais e outros) para atrair mais turistas externos e que tragam mais valor acrescentado, consumindo e permanecendo mais tempo na região;

- Em relação ao Índice de Saturação Turística, registou-se um incremento deste indicador desde 1995 até 2000, significando que neste período a importância da região cresceu também, bem como a procura do turismo, em relação à região Norte e Douro, apesar de que o Douro é directamente afectado com as oscilações do ADV, uma vez que o ADV constitui cerca de 95% da oferta turística dessa região. De 2000 a 2007 o índice manteve-se em valores dentro do intervalo de 0,71 a 0,82, o que significa que a região terá despontado interesse elevado por parte da procura turística, em relação a outras regiões. A partir de 2007, decresceu um pouco para valores de 0,65. É de notar que, os valores do índice de saturação tem atingido níveis que podem colocar em alerta as entidades oficiais, ou seja, a promoção do turismo no ADV, o desenvolvimento e os esforços que se tem feito para atracção do turismo para a região tem, e deve ser acompanhado pela dotação da região com infraestruturas necessárias e suficientes para evitar que o impacto, quer social, quer ambiental, não seja negativo, provocando insatisfação do turista;

- Em termos macroeconómicos, observou-se para de Portugal, região do Norte de Portugal, região do Douro e ADV, a evolução da constituição de novas empresas do sector da

hotelaria – alojamento, restauração e similares, de uma forma crescente, mais concretamente de 1995 a 2005, para todas as regiões. Para isso poderão ter contribuído vários eventos realizados nesse intervalo de datas, tais como, a EXPO98 e o Euro 2004, tal como referem os autores Fernandes (2005), Fernandes, Teixeira, Ferreira e Azevedo (2008), e a classificação do ADV como Património Mundial da Humanidade. De salientar que eventos com promoção internacional, como os referidos anteriormente, são catalisadores de fluxos turísticos (Richards, 1996; Cuccia & Rizzo, 2011);

Juntando a estes eventos, tem-se também os esforços desenvolvidos e realizadas pelas entidades oficiais e privadas ligadas ao turismo, que aproveitaram bem estes eventos para promoverem o turismo e as suas regiões. Após essas datas registou-se um ligeiro abrandamento do crescimento da criação de empresas. A acompanhar este indicador, e pela análise do pessoal ao serviço no sector hoteleiro e do volume de negócios, verificou-se que ambos apresentaram um crescimento gradual de 1999 a 2009, o que pode significar um aumento da actividade de turismo no ADV;

- Outro indicador macroeconómico analisado, foi o Produto Interno Bruto, para a região do Douro, o qual dará uma imagem do que se passa do ADV, uma vez que o ADV significa 95% da oferta do Douro. Verifica-se então que existe, um aumento ao longo do período observado, acompanhado pelo aumento do volume de negócios da actividade hoteleira, o que significa um aumento do peso do turismo na economia da região, havendo nos anos de 2007, 2008 e 2009 um aumento bastante significativo;

- Pela análise do Valor Acrescentado Bruto, verificou-se um crescimento na região do Douro ao longo do período em análise, para a actividade hoteleira – alojamento, restauração e similares, constatando-se um aumento do peso deste sector em relação a outras actividades. Deste modo comprovou-se a importância deste sector na economia da região, mas não se verificou um acréscimo bastante significativo derivado da classificação da região do ADV como Património Mundial da Humanidade, ou seja, confrontando o período antes e após a classificação, o aumento foi gradual ao longo dos anos;

- Quanto ao Preço Médio por noite, verificou-se relativamente às quintas do Barreiro e da Costa, um aumento progressivo dos preços, apresentando uma Taxa de Crescimento Média Anual (TCMA) de 1999 a 2009 (período com dados para comparação com outras unidades) de 4,62%. Em relação à Quinta do Reconco, não se verificou qualquer variação, mantendo-se constante o preço médio durante esse período, e relativamente à Pousada Barão de Forrester observou-se várias oscilações do preço médio, mantendo-se num intervalo entre os €62,34 e os €65,97 até ao ano de 2008, tendo em 2009 ultrapassado os €70,00, apresentando uma TCMA de 0,76%. Esta situação deveu-se ao facto de existir uma oferta maior para a tipologia pousada, a qual se aproxima mais do conceito de hotel, e logo a existência de mais concorrência, na região do ADV. Em termos da média dos preços médios, constatou-se que o preço na tipologia em espaço rural era inferior ao da pousada,

uma vez que a oferta do turismo em espaço rural é diferente do da pousada, serão conceitos diferentes e como tal, serviços diferentes. Observou-se, também que, a TCMA relativa à média dos preços médios era muito baixa, apresentando um valor de 2,15%, significa isto que, as unidades hoteleiras do ADV, foram efectuando pequenos ajustes nos preços, para com isso atraírem e cativarem mais a procura pela região. Estes dados parecem indiciar que não se verificou um efeito causa efeito na evolução dos preços, provocada pela classificação do ADV como Património Mundial da Humanidade.

A principal limitação deste trabalho foi a dificuldade na obtenção de dados estatísticos e económico – financeiros, para se calcular os indicadores necessários à análise da evolução dos mesmos ao longo do período em estudo, e com isso aferir-se o impacto que a classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial da Humanidade por parte da UNESCO, teve no turismo e na actividade económica da região. Registou-se ausência e alguma incoerência na contabilização dos dados estatísticos e económico – financeiros referentes a algumas variáveis o que obrigou à reformulação do cálculo de alguns indicadores. Para ultrapassar esta situação, procurou-se trabalhar só com dados coerentes, recorrendo-se essencialmente aos dados mais recentes, disponíveis e publicados pelo Instituto Nacional de Estatística Português, do site do Turismo do Douro e dados disponibilizados e validados por algumas unidades hoteleiras da região. Mas a maior dificuldade foi, a falta de colaboração das unidades hoteleira contactadas para o fornecimento de dados estatísticos e económico – financeiros que, simplesmente não forneceram e recusaram-se a fornecer. É, por isso muito difícil efectuar um estudo desta natureza que vá à análise por NUT III e por municípios, uma vez que existe uma escassez colossal de dados.

Em síntese, na região do Douro e mais concretamente no Alto Douro Vinhateiro, que tem um potencial turístico enorme, que vai desde o vinho, história, recursos naturais e culturais, há ainda muito a fazer ao nível de alterações legislativas que flexibilizem e facilitem a exploração de alguns recursos naturais que a região apresenta, mais concretamente do rio Douro que, neste momento é só explorado para viagens de barco, que trazem os turistas rio acima, os quais vem já com destinos traçados, visitas programadas a determinados sítios, ficando assim, reféns dos barcos e dos seus programas, não provocando o efeito colateral desejado, que era o do desenvolvimento de novas unidades hoteleiras locais, privadas, e com isso colaborarem para o desenvolvimento da economia local.

A região necessita de inverter a tendência da baixa taxa de permanência, ou seja, uma taxa de permanência inferior a dois dias. Para isso é necessário que exista algo mais do que o vinho para oferecer ao turista, e isso passa pela exploração dos recursos anteriormente mencionados.

No sentido de inverter esta situação, podem existir vários planos de acção que, envolveriam entidades públicas e privadas, que se poderiam colocar em prática, para além das já existentes. Assim, poder-se-ia, aproveitando os recursos disponíveis, uma exploração maior do rio Douro e seus afluentes, com promoção de desportos radicais e pesca desportiva. Outro plano seria a

criação de vários roteiros que, cada um deles tivesse um tema distinto, podendo ser, um roteiro do vinho, no qual se visitaria vários pontos da região, promovendo a sua divulgação, um roteiro arqueológico, para divulgação do património existente nos diversos concelhos da região, um roteiro arquitectónico e histórico. Estes roteiros necessitariam estar disponíveis nos Postos de Turismo e nas unidades hoteleiras, e juntamente com estes roteiros deveria estar disponível a forma como os realizar, que poderia ser, por exemplo através da rede de táxis existente em cada concelho, envolvendo assim os taxistas que, para o fazerem teriam formação destes roteiros e assim proporcionariam ao turista uma viagem à região (conforme o roteiro) por trajectos típicos, fazendo com que possam ter um contacto com o Douro, com as suas gentes e com a sua cultura. Complementando estas acções, poderiam existir mais eventos a realizar na região, alusivos aos produtos que aqui se produzem e à história que esta região tem. Com estas políticas de intervenção, poder-se-ia ter uma permanência maior do turista no Douro, porque existiria um leque diversificado e diferenciado de actividades que levaria a que os turistas permanecessem mais tempo na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andersson, T., & Lundberg, E. (2013). Commensurability and sustainability: Triple impact assessments of a tourism event. *Tourism Management*, 37, 99-109.

Andresen, T. (2006). Fundacion Nueva Cultura del Agua. [www.unizar.es: http://www.unizar.es/fnca/duero/docu/p315.pdf](http://www.unizar.es/fnca/duero/docu/p315.pdf). Consultado em 06 de Março de 2011.

CCDR-N. (2008). *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro - PDTVD*.

Correia, R. (2005). *Marketing Turístico - Uma Abordagem de Rede*. Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais. Faculdade de Economia-Universidade do Porto.

Cristovão, A., Rebelo, J., Alberto, B., Correia, L., Rodrigues, A., & Marques, C. (2005). *Relatório Final do Estudo de Avaliação Estratégica da Acção Integrada de Base Territorial do Douro*. Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, DESG/CETRAD. Vila Real: ON Douro - Programa Operacional da Região do Douro.

Cuccia, T., & Rizzo, I. (2011). Tourism seasonality in culture destinations: Empirical evidence from Sicily. *Tourism Management*, 32, 589-595.

Cunha, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*. McGraw-Hill de Portugal, Lda.

Cunha, L. (2001). *Introdução ao Turismo*. Editorial Verbo. Lisboa.

Douro, T. (2011a). *Turismo do Douro*. www.douro-turismo.pt. Consultado em 21 de Janeiro de 2011.

Douro, T. (2011b). *Turismo do Douro*. www.douro-turismo.pt. Consultado em 7 de Março de 2011.

DRAP Norte - Direcção Regional de agricultura e Pescas do Norte. (s.d.). Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. <http://www.drapn.min-agricultura.pt>. Consultado em 25 de Outubro de 2012.

DREM. (2006). Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia 2000-2005. Direcção Regional de Estatística da Madeira.

Fernandes, P. (2005). *Modelación, Predicción y Análisis del Comportamiento de la Demanda Turística en la Región Norte de Portugal*. Tese de Doutoramento, Universidad de Valladolid, Espanha.

Fernandes, P., & Cepeda, F. (2000). Evolução do Turismo na Região Norte de Portugal: Aplicação do Ciclo de Vida. *Actas do II Seminário Luso Espanhol de Economia Empresarial*. Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Fernandes, P., Monte, A., & Castro, J. (2004). A Região Norte de Portugal e a Preferência da Procura Turística: Litoral versus Interior. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 4, 57-73.

Fernandes, P., Monte, A., Cepeda, F. (2001). Índice de preferência pelos destinos turísticos - região Norte de Portugal. *Conferência Internacional CIMAF'2001*.

- Fernandes, P., Teixeira, J., Ferreira, J., & Azevedo, S. (2008). Modelling Tourism Demand: A Comparative Study between Artificial Neural Networks and the Box-Jenkins Methodology, *Romanian Journal of Economic Forecasting*, 5 (3), 30-50.
- Frechtling, D. (2010). The Tourism Satellite Account-A Primer. *Annals of Tourism Research*, 37 (1), 136-153.
- Getz, D. (2008). Event tourism: Definition, evolution, and research. *Tourism Management*, 29, 403-428.
- ICNB. (2001). *Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade*. http://portal.icnb.pt:www.icn.pt/TurismoNatureza_anexos/PNDI.pdf. Consultado em 8 de Outubro de 2011.
- INE. (1993). *Censos - Resultados definitivos. Região Norte-1991*. Instituto Nacional de Estatística. <http://www.ine.pt>. Consultado em 9 de Janeiro de 2011.
- INE. (1995 a 2009). *Anuários Estatísticos da Região Norte*. Instituto Nacional de Estatística. <http://www.ine.pt>. Consultado em 21 de Janeiro de 2011.
- INE. (2002). *Censos - Resultados definitivos. Região Norte-2001*. Instituto Nacional de Estatística. <http://www.ine.pt>. Consultado em 9 de Janeiro de 2011.
- INE. (2005). *Anuário Estatístico de Portugal*. Instituto Nacional de Estatística. <http://www.ine.pt>. Consultado em 2 de Abril de 2012.
- INE. (2008). *Estatísticas do Turismo*. Instituto Nacional de Estatística. <http://www.ine.pt>. Consultado em 27 de Novembro de 2010.
- INE. (2010a). *Anuário Estatístico da Região Norte*. Instituto Nacional de Estatística. <http://www.ine.pt>. Consultado em 2 de Abril de 2012.
- INE. (2010b). *Estatísticas do Turismo*. Instituto Nacional de Estatística. <http://www.ine.pt>. Consultado em 1 de Março de 2013.
- Matias, Á. (2007). *Economia do Turismo*. Instituto Piaget.
- Padilla, A., & McElroy, J. (2005). The Tourism Penetration Index in Large Islands: The Case of the Dominican Republic. *Journal of Sustainable Tourism*, 13 (4), 353-372.
- Pedrosa, A., & Pereira, A. (2008). *A História dos Territórios Durienses inscrita na Paisagem. Um Recurso Produtivo, Turístico e de Geomarketing*. In Cardoso, A., Durbiano C., e Gonçalves E., *Enoturismo e Turismo em Espaço Rural*, Aphvin/Gehvid e Edições ISMAI, Porto, 37-76.
- Perafita, A. (2007). *Património Imaterial do Douro*. Fundação Museu do Douro.
- Pereira, G. (1991). *O Douro e o Vinho do Porto*. Edições Afrontamento.
- Pereira, G. (2001). *O Museu da Região do Douro*. Douro, Estudos e Documentos, Vol IV (11), 21-26.
- Quevedo, J. (1998). La Información Estadística para el Análisis del Turismo. *Estudios Turísticos*, 140, 57.

Rebelo, J., Marques, C., Rebelo, V., Ribeiro, M., & Teixeira, M. (2001). *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território - Caracterização Sócio-Económica*. Vila Real: DES/UTAD.

Richards, G. (1996). Production and Consumption of European Cultural Tourism. *Annals of Tourism Research*, 23 (2), 261-283.

Rodrigues, L. (2010). *Análise Comparativa da Competitividade dos Destinos Turísticos. O caso do Algarve versus Sul de Espanha*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo. Faculdade de Economia-Universidade do Algarve.

Santana-Jimenéz Y., & Hernandez, J. (2011). Estimating the effect of overcrowding on tourist attraction: The case of Canary Islands. *Tourism Management*, 32 (2), 415-425.

Santos, N., & Fernandes, P. (2011). Modelação e Caracterização da Procura Turística: O Caso da Região Norte de Portugal. *TÉKHNE - Polytechnical Studies Review*, 16 (9), 119-137.

Seetanah, B. (2011). Assessing the dynamic economic impact of tourism for island economies. *Annals of Tourism Research*, 38 (1), 291-308.

Sequeira, T., & Nunes, P. (2008). Does tourism influence economic growth? A dynamic panel data approach. *Applied Economics*, 40 (18), 2431-2441.

Sousa, F. (2002). *Centro de Estudos da População Economia e Sociedade*. Cepese: <http://cepese.up.pt/ficheiros/13revista.pdf>. Consultado em 2 de Dezembro de 2010.

Stynes, D. (1997). *Economic Impacts of Tourism: A Handbook for Tourism Professionals*. Editor Vanessa Arnold, Tourism Research Laboratory in <http://fama2.us.es:8080/turismo/turisonet1/economia%20del%20turismo/economia%20del%20turismo/economic%20impacts%20of%20tourism.pdf>. Consultado em 1 de Fevereiro de 2013.

Turismo de Portugal. (2010). <http://www.turismodeportugal.pt>. Consultado em 30 de Novembro de 2010.

Turismo de Portugal. (2011). <http://www.turismodeportugal.pt>. Consultado em 27 de Dezembro de 2012.

UNESCO (sd). Rebanks Consulting Ltd & Trends Business Research Ltd (sd). World Heritage Status: Is there opportunity for economic gain? Lake District World Heritage Project in <http://www.lakeswhs.co.uk/documents/WHSTheEconomicGainFinalReport.pdf>. Consultado em 1 de Fevereiro de 2013.

UNESCO. (2012). *UNESCO World Heritage Center*. www.unesco.org. Consultado em 15 de Setembro de 2012.

UNESCO. (2012). *UNESCO World Heritage List*. www.unesco.org. Consultado em 15 de Setembro de 2012.

Vaz, M., & Dinis, A. (2007). Turismo no Litoral versus Turismo no Interior Português. O Destino Turístico Serra da Estrela. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 14, 71-98.

ANEXOS

Tabela A.1 - Total de dormidas em Portugal, Região Norte de Portugal, Região Douro e ADV e média do total das dormidas.

Anos	Portugal	Região Norte	Douro	ADV
1995	27 936 842	2 387 388	112 409	111 924
1996	28 063 287	2 546 673	118 408	114 298
1997	29 350 283	2 658 937	137 354	124 346
1998	32 404 499	2 922 069	144 523	133 567
1999	32 728 061	2 994 353	176 386	167 612
2000	33 795 123	3 012 673	221 757	218 178
2001	33 562 591	3 046 000	233 464	217 470
2002	34 208 968	3 262 430	234 877	205 424
2003	33 875 471	3 145 780	221 220	187 895
2004	34 140 581	3 330 650	233 255	201 926
2005	35 520 631	3 438 518	224 428	189 455
2006	37 566 461	3 844 374	221 081	188 939
2007	39 736 583	4 228 965	228 181	196 214
2008	39 227 938	4 250 764	217 074	181 834
2009	36 457 069	4 269 967	215 248	183 369
Média das Dormidas de 1995 a 2009	33 904 959	3 289 303	195 978	174 830

Tabela A.2 - Total de hóspedes em Portugal, Região Norte de Portugal, Região Douro e ADV e média do total dos hóspedes.

Anos	Portugal	Região Norte	Douro	ADV
1995	8 020 570	1 363 754	83 295	83 295
1996	8 273 720	1 417 113	84 113	81 215
1997	8 751 547	1 456 891	94 038	85 599
1998	9 751 076	1 612 086	102 888	97 222
1999	9 182 603	1 674 471	125 188	120 134
2000	9 515 615	1 673 367	151 005	148 741
2001	9 392 446	1 663 640	145 402	137 545
2002	10 546 892	1 845 700	154 874	137 403
2003	10 413 852	1 761 751	146 851	125 101
2004	10 901 968	1 838 017	153 721	134 298
2005	11 469 314	1 925 667	151 607	130 559
2006	12 376 941	2 144 033	151 181	131 343
2007	13 366 173	2 373 563	157 655	136 409
2008	13 456 372	2 412 837	140 879	117 713
2009	12 927 907	2 466 818	129 787	108 834
Média das Dormidas de 1995 a 2009	10 556 466	1 841 981	131 499	118 361

Tabela A.3 - Taxa de variação anual e Taxa crescimento média anual dos hóspedes (TCMA).

Anos	Portugal	Região Norte	Douro	ADV
1995/1996	3,2%	3,9%	1,0%	-2,5%
1996/1997	5,8%	2,8%	11,8%	5,4%
1997/1998	11,4%	10,7%	9,4%	13,6%
1998/1999	-5,8%	3,9%	21,7%	23,6%
1999/2000	3,6%	-0,1%	20,6%	23,8%
2000/2001	-1,3%	-0,6%	-3,7%	-7,5%
2001/2002	12,3%	10,9%	6,5%	-0,1%
2002/2003	-1,3%	-4,5%	-5,2%	-9,0%
2003/2004	4,7%	4,3%	4,7%	7,4%
2004/2005	5,2%	4,8%	-1,4%	-2,8%
2005/2006	7,9%	11,3%	-0,3%	0,6%
2006/2007	8,0%	10,7%	4,3%	3,9%
2007/2008	0,7%	1,7%	-10,6%	-13,7%
2008/2009	-3,9%	2,2%	-7,9%	-7,5%
TCMA	2,5%	2,8%	0,3%	-0,7%

Tabela A.4 - Taxa de variação anual e Taxa crescimento média anual das dormidas (TCMA).

Anos	Portugal	Região Norte	Douro	ADV
1995/1996	0,5%	6,7%	5,3%	2,1%
1996/1997	4,6%	4,4%	16,0%	8,8%
1997/1998	10,4%	9,9%	5,2%	7,4%
1998/1999	1,0%	2,5%	22,0%	25,5%
1999/2000	3,3%	0,6%	25,7%	30,2%
2000/2001	-0,7%	1,1%	5,3%	-0,3%
2001/2002	1,9%	7,1%	0,6%	-5,5%
2002/2003	-1,0%	-3,6%	-5,8%	-8,5%
2003/2004	0,8%	5,9%	5,4%	7,5%
2004/2005	4,0%	3,2%	-3,8%	-6,2%
2005/2006	5,8%	11,8%	-1,5%	-0,3%
2006/2007	5,8%	10,0%	3,2%	3,9%
2007/2008	-1,3%	0,5%	-4,9%	-7,3%
2008/2009	-7,1%	0,5%	-0,8%	0,8%
TCMA	1,9%	4,2%	4,7%	3,6%

Tabela A.5 - Hóspedes Entrados nos Estabelecimentos Hoteleiros segundo o País de Residência Habitual no Alto Douro Vinhateiro (ADV)

Períodos	Total	UE27	UE25	UE15									E.U.A.	Outros Países
				Total	dos quais									
					Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	Outros U.E.		
1995	83 295			80 423	72 302	2 391	1 589	1 450	615	602	737	737	272	2 600
1996	81 215			79 882	70 495	2 814	1 515	1 398	493	885	913	1 036	333	1 333
1997	85 599			83 747	74 210	2 193	1 534	1 580	404	1 022	1 470	1 334	510	1 342
1998	97 222			94 424	82 333	3 028	2 277	1 660	496	1 360	1 480	1 790	713	2 085
1999	120 134			117 078	101 453	3 605	2 374	2 198	589	1 427	3 068	2 364	819	2 237
2000	148 741			144 074	122 548	4 592	3 154	2 664	1 036	1 830	5 079	3 171	1 559	3 108
2001	137 545			127 932	107 358	4 323	3 180	2 933	799	1 736	4 985	2 618	901	8 712
2002	137 403			133 373	114 264	3 843	2 986	3 286	557	1 344	4 548	2 545	968	3 062
2003	125 101			121 189	104 849	3 146	3 245	3 404	599	981	3 017	1 948	890	3 022
2004	134 298		130 602	130 430	113 719	2 804	3 717	3 198	503	1 251	2 922	2 316	653	3 215
2005	130 559		126 785	126 660	112 778	2 506	3 417	2 621	352	729	2 622	1 635	645	3 254
2006	131 343		126 991	126 864	111 652	2 946	4 210	2 454	511	867	2 597	1 627	683	3 796
2007	140 376	135 545	135 493	134 759	118 449	2 469	4 856	3 341	589	808	2 317	1 930	657	4 960
2008	117 713	110 901	110 847	110 540	92 739	2 497	4 261	4 308	663	956	2 610	2 506	951	6 222
2009	110 079	103 591	103 539	103 113	85 337	2 800	5 207	3 862	569	882	2 182	2 274	968	5 998

Tabela A.6 - Taxa de hóspedes segundo país de residência no ADV.

Português %	UE15 (sem PT) %	EUA %	Outros Países %
86,80%	9,75%	0,33%	3,12%
86,80%	11,56%	0,41%	1,64%
86,69%	11,14%	0,60%	1,57%
84,69%	12,44%	0,73%	2,14%
84,45%	13,01%	0,68%	1,86%
82,39%	14,47%	1,05%	2,09%
78,05%	14,96%	0,66%	6,33%
83,16%	13,91%	0,70%	2,23%
83,81%	13,06%	0,71%	2,42%
84,68%	12,57%	0,49%	2,39%
86,38%	10,73%	0,49%	2,49%
85,01%	11,68%	0,52%	2,89%
84,38%	12,18%	0,47%	3,53%
78,78%	15,43%	0,81%	5,29%
77,52%	16,58%	0,88%	5,45%

Tabela A.7 - Receitas por aposento nas regiões Norte de Portugal, Douro e ADV.

Anos	Proveitos p/Aposento R Norte	Proveito p/Aposento Douro	Proveito p/Aposento ADV
1999	87.601	4.310	4.090
2000	93.935	5.863	5.784
2001	99.174	5.914	5.053
2002	104.621	6.399	5.244
2009	140.434	8.246	7.312

Tabela A.8 - Número de estabelecimentos e capacidade em camas.

Anos		Portugal	Norte	Douro	ADV
1995	N.º Estabelecimento	1733	379	28	23
	Capacidade	204051	25762	1445	1249
1996	N.º Estabelecimento	1744	383	27	24
	Capacidade	208205	26489	1387	1273
1997	N.º Estabelecimento	1768	391	31	27
	Capacidade	211315	27184	1797	1592
1998	N.º Estabelecimento	1754	390	30	28
	Capacidade	215572	27706	1921	1780
1999	N.º Estabelecimento	1772	395	32	31
	Capacidade	216 828	28 485	2 157	2036
2000	N.º Estabelecimento	1 786	393	35	33
	Capacidade	222958	28827	2341	2294
2001	N.º Estabelecimento	1781	392	34	32
	Capacidade	228665	29523	2276	2181
2002	N.º Estabelecimento	1890	436	35	33
	Capacidade	239903	31308	2308	2259
2003	N.º Estabelecimento	1934	435	37	34
	Capacidade	245778	31846	2372	2300
2004	N.º Estabelecimento	1954	435	35	33
	Capacidade	253927	32184	2283	2234
2005	N.º Estabelecimento	2012	450	36	33
	Capacidade	263814	34631	2317	2256
2006	N.º Estabelecimento	2028	452	36	33
	Capacidade	264037	35504	2333	2219
2007	N.º Estabelecimento	2031	461	35	32
	Capacidade	264747	36421	2338	2224
2008	N.º Estabelecimento	2041	465	34	31
	Capacidade	273975	38817	2313	2199
2009	N.º Estabelecimento	1988	450	35	32
	Capacidade	273804	38827	2304	2190

Tabela A.9 - Distribuição dos estabelecimentos e capacidade na R. Norte por NUT III

Anos	Descrição	Total da R. Norte	Minho-Lima	Cávado	Ave	Grande Porto	Tâmega	Entre Douro e Vouga	Douro	Alto Trás-os-Montes
1995	Nº Estab.	379	46	53	22	141	25	10	28	54
	Capacid.	25 762	2923	3892	1520	11247	1150	696	1445	2889
1996	Nº Estab.	383	48	53	23	141	26	11	27	54
	Capacid.	26489	3059	3931	1582	11577	1264	694	1387	2995
1997	Nº Estab.	391	50	55	23	138	28	11	31	55
	Capacid.	27184	3248	4176	1588	11252	1413	693	1797	3015
1998	Nº Estab.	390	46	55	26	138	27	10	30	58
	Capacid.	27706	2800	3962	1687	11988	1464	651	1921	3233
1999	Nº Estab.	395	46	57	25	145	23	11	32	56
	Capacid.	28 485	2679	3997	1709	12660	1252	716	2157	3315
2000	Nº Estab.	393	46	50	26	145	25	9	35	57
	Capacid.	28827	2706	3769	1822	12891	1243	596	2341	3459
2001	Nº Estab.	392	42	53	27	146	24	8	34	58
	Capacid.	29523	2596	3881	2814	12628	1201	626	2276	3501
2002	Nº Estab.	436	57	60	30	157	27	10	35	60
	Capacid.	31308	3192	4237	2004	13965	1334	731	2308	3537
2003	Nº Estab.	435	58	59	30	157	25	10	37	59
	Capacid.	31846	3285	4234	2016	14248	1303	750	2372	3638
2004	Nº Estab.	435	58	60	30	157	26	11	35	58
	Capacid.	32184	3269	4426	2081	14387	1327	831	2283	3580
2005	Nº Estab.	450	61	60	31	162	27	11	36	62
	Capacid.	34631	3622	4356	2208	15492	1347	845	2317	4444
2006	Nº Estab.	452	60	63	30	164	26	12	36	61
	Capacid.	35504	3733	4528	2184	16161	1442	879	2333	4244
2007	Nº Estab.	461	63	66	31	166	26	12	35	62
	Capacid.	36421	4057	4722	2399	16620	1316	880	2338	4089
2008	Nº Estab.	465	64	70	31	165	28	12	34	61
	Capacid.	38817	4989	4966	2475	17455	1546	1060	2313	4013
2009	Nº Estab.	450	56	67	31	162	28	13	35	58
	Capacid.	38827	4104	4958	2484	18257	1480	1174	2304	4066

Tabela A.10 - Médias da distribuição do N.º de estabelecimentos e da capacidade.

Regiões por NUT III	N.º Estabelecimentos	Capacidade	N.º Estabelecimentos	Capacidade
	Médias da Distribuição		Médias da Distribuição em %	
Norte	420	31568	100%	100%
Minho-Lima	53	3351	13%	11%
Cávado	59	4269	14%	14%
Ave	28	2038	7%	6%
Grande Porto	152	14055	36%	45%
Tâmega	26	1339	6%	4%
Entre Douro e Vouga	11	788	3%	2%
Douro	33	2126	8%	7%
Alto Trás-os-Montes	58	3601	14%	11%

Tabela A.11 - Estado média no período de 1995 a 2009 nas regiões de Portugal, Norte de Portugal, Douro e ADV.

Anos	Portugal	Região Norte	Douro	ADV
1995	3,5	1,8	1,3	1,3
1996	3,4	1,8	1,4	1,4
1997	3,4	1,8	1,5	1,5
1998	3,3	1,8	1,4	1,4
1999	3,6	1,8	1,4	1,4
2000	3,6	1,8	1,5	1,5
2001	3,6	1,8	1,6	1,6
2002	3,2	1,8	1,5	1,5
2003	3,3	1,8	1,5	1,5
2004	3,1	1,8	1,5	1,5
2005	3,1	1,8	1,5	1,5
2006	3,0	1,8	1,5	1,4
2007	3,0	1,8	1,4	1,4
2008	2,9	1,8	1,5	1,5
2009	2,8	1,7	1,7	1,7

Tabela A.12 - Tipo de Estabelecimentos existentes no ADV.

	N.º Estab. Total	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hotéis apartam	Aldeam. turísticos	Apartam. turísticos
1999	31	7	19	1	2	2	0	0	0
2000	33	8	20	1	2	2	0	0	0
2001	32	8	19	1	2	2	0	0	0
2002	33	8	21	1	2	2	0	0	0
2003	34	8	21	1	2	2	0	0	0
2004	33	7	21	2	1	2	0	0	0
2005	33	7	21	2	1	2	0	0	0
2006	33	7	21	2	1	2	0	0	0
2007	32	7	20	2	1	2	0	0	0
2008	31	8	19	2	1	1	0	0	0
2009	32	8	20	2	1	1	0	0	0

Tabela A.13 - Distribuição dos Estabelecimentos e média da distribuição na região do ADV.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média	Percentagem
Alijó	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	7	6,1	19%
Armamar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0%
C. Ansiães	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,2	1%
Lamego	9	9	8	9	9	9	9	9	9	9	9	8,9	28%
Mesão Frio	1	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1,4	4%
P. Régua	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4,0	12%
Sabrosa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,0	3%
S.M. Penag.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,0	3%
S.J. Pesq.	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0,6	2%
Tabuaço	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0,8	3%
T. Moncorvo	0	3	3	2	3	3	3	3	3	2	2	2,5	8%
V.N.F. Côa	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0,7	2%
Vila Real	6	6	5	5	5	5	5	5	5	4	4	5,0	16%
TOTAL	28	33	32	33	34	33	33	33	32	31	32	32	100%

Tabela A.14 - N.º Estabelecimentos e Tipo por município que constitui a região do ADV em 2001.

Concelhos	Hotel	Pensão	Pousada	Albergaria	Motel	Apart. Turístico	TER					Total por Município	Peso Município/ ADV
							TH	TR	AG	CC	TA		
Alijó	1	4	1				1					7	11%
Armamar									1			1	2%
C. Ansiães												0	0%
Lamego	2	5		1			2	4	2			16	25%
Mesão Frio	1		1				1	1				4	6%
P. Régua	1	3										4	6%
Sabrosa	1						1	2	1			5	8%
S.M. Penaguião		1						3	1			5	8%
S.J. Pesqueira		1						1				2	3%
Tabuaço		1						1	1			3	5%
T. Moncorvo		3						2				5	8%
V.N.F. Côa												0	0%
Vila Real	2	1	1	1			2	4				11	17%
Total por Estab.	8	19	3	2	0	0	7	18	6	0	0	63	100%

Tabela A.15 - N.º Estabelecimentos e Tipo por município que constitui a região do ADV em 2001.

Concelhos	Hotel	Pensão	Pousada	Albergaria	Motel	Apart. Turístico	TER					Total por Município	Peso Município/ ADV
							TH	TR	AG	CC	TA		
Alijó	1	4	1	0			1	1				8	11%
Armamar	0	0	0	0				2	1			3	4%
C. Ansiães	0	0	0	0								0	0%
Lamego	2	6	0	0			3	4	2	2		19	26%
Mesão Frio	1	0	1	0			1	1				4	6%
P. Régua	1	3	0	0								4	6%
Sabrosa	1	0	0	0			2	2	1			6	8%
S.M. Penaguião	0	1	0	0				3	1			5	7%
S.J. Pesqueira	0	1	0	0				1	1	1		4	6%
Tabuaço	0	1	0	0				1	1			3	4%
T. Moncorvo	0	2	0	0			1	2				5	7%
V.N.F. Côa	0	1	0	0								1	1%
Vila Real	2	1	0	1			2	4				10	14%
Total por Estab.	8	20	2	1	0	0	10	21	7	3	0	72	100%

Tabela A.16 - N.º Estabelecimentos e Tipo, municípios que constituem a região do ADV.

Concelhos	Hotel	Pensão	Pousada	Albergaria	Motel	Ap. Turístico	TER					Total por Município	Peso Município/ ADV
							TH	TR	AG	CC	TA		
Alijó	3	5	1				1	1				11	11%
Armamar	1							3	1	2	1	8	8%
C. Ansiães	1	1							1			3	3%
Lamego	4	4		2			5	7	2	2		26	25%
Mesão Frio			1				1	1		1		4	4%
P. Régua	1	3					1					5	5%
Sabrosa	2						2	2	2			8	8%
S.M. Penaguião		1						4		1		6	6%
S.J. Pesqueira		1					1			2		4	4%
Tabuaço	1	1						3	2			7	7%
T. Moncorvo		2					1	2		1		6	6%
V.N.F. Côa		1	1				1	1				4	4%
Vila Real	2		1	1		1	2	4				11	11%
Total por Estab.	15	19	4	3	0	1	15	28	8	9	1	103	100%

Tabela A.17 - Capacidade Total do Alojamento na região do ADV.

Concelhos	Hotel	Pensão	Pousada	Albergaria	Motel	Apart. Turístico	TER					Total Capacidade
							TH	TR	AG	CC	TA	
Alijó	137	92	42				10	8				289
Armamar	30							38	20	11	22	121
C. Ansiães	26	24							10			60
Lamego	437	186		88	50		60	72	13	16		922
Mesão Frio			43				8	8		4		63
P. Régua	154	214					10					378
Sabrosa	100						24	23	36			183
S.M. Penaguião		25					29			4		58
S.J. Pesqueira		42					10			25		77
Tabuaço	20	32					38		28			118
T. Moncorvo		56					12	22		4		94
V.N.F. Côa		64	72				14	12				162
Vila Real	366		52	64		14	12	34				542
TOTAL	1270	735	209	152	50	14	227	217	107	64	22	3067

Tabela A.18 - Taxa de crescimento
capacidade de alojamento na região do
ADV.

2001 - 2002	26,0%
2002 - 2009	16,4%
2001 - 2009	46,6%

Tabela A.19 - Taxa de crescimento Médio
Anual (TCMA) na região do ADV.

2001 - 2009	4,9%
2002 - 2009	2,2%

Tabela A.20 - Evolução do Índice de Preferência para a região do ADV.

Anos	Índice de Preferência		
	Hóspedes		
	ADV		
	Total	Nacionais	Estrangeiros
1995	0,06	0,08	0,02
1996	0,06	0,05	0,07
1997	0,06	0,06	0,02
1998	0,06	0,06	0,02
1999	0,07	0,09	0,03
2000	0,09	0,11	0,05
2001	0,08	0,10	0,04
2002	0,07	0,10	0,04
2003	0,07	0,09	0,03
2004	0,07	0,08	0,03
2005	0,07	0,07	0,03
2006	0,06	0,06	0,03
2007	0,06	0,06	0,03
2008	0,05	0,05	0,04
2009	0,04	0,05	0,03

Tabela A.21 - Índice Preferência e Média do índice de preferência por NUT III e ADV

Anos	Hóspedes																										
	Minho-Lima			Cávado			Ave			Grande Porto			Tâmega			Entre Douro e Vouga			Douro			Alto Trás-os-Montes			ADV		
	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros
1995	0.09	0.10	0.07	0.11	0.11	0.11	0.05	0.05	0.06	0.53	0.46	0.66	0.03	0.04	0.02	0.03	0.03	0.02	0.06	0.08	0.02	0.09	0.12	0.03	0.06	0.08	0.02
1996	0.09	0.10	0.07	0.11	0.11	0.11	0.06	0.05	0.07	0.53	0.46	0.66	0.03	0.03	0.02	0.02	0.03	0.02	0.06	0.08	0.02	0.09	0.13	0.03	0.06	0.05	0.07
1997	0.10	0.10	0.06	0.11	0.12	0.06	0.06	0.06	0.07	0.52	0.51	0.74	0.03	0.03	0.02	0.03	0.03	0.01	0.06	0.07	0.02	0.09	0.10	0.02	0.06	0.06	0.02
1998	0.09	0.09	0.06	0.11	0.11	0.07	0.08	0.08	0.06	0.53	0.52	0.74	0.03	0.03	0.01	0.03	0.03	0.02	0.06	0.07	0.02	0.08	0.09	0.02	0.06	0.06	0.02
1999	0.09	0.10	0.07	0.13	0.13	0.12	0.07	0.07	0.06	0.50	0.43	0.64	0.03	0.03	0.02	0.03	0.03	0.02	0.07	0.09	0.03	0.09	0.11	0.04	0.07	0.09	0.03
2000	0.08	0.08	0.06	0.13	0.13	0.12	0.06	0.06	0.06	0.48	0.41	0.64	0.03	0.04	0.02	0.03	0.03	0.02	0.09	0.11	0.05	0.10	0.13	0.04	0.09	0.11	0.05
2001	0.08	0.08	0.06	0.13	0.14	0.12	0.06	0.06	0.06	0.50	0.42	0.64	0.03	0.03	0.02	0.03	0.03	0.02	0.09	0.11	0.05	0.09	0.12	0.04	0.08	0.10	0.04
2002	0.08	0.09	0.06	0.12	0.12	0.11	0.07	0.08	0.06	0.51	0.43	0.66	0.03	0.04	0.01	0.02	0.03	0.02	0.08	0.11	0.04	0.08	0.11	0.03	0.07	0.10	0.04
2003	0.08	0.08	0.07	0.12	0.12	0.11	0.07	0.08	0.06	0.52	0.45	0.66	0.03	0.03	0.01	0.03	0.03	0.02	0.08	0.10	0.04	0.08	0.10	0.03	0.07	0.09	0.03
2004	0.08	0.08	0.05	0.11	0.12	0.06	0.07	0.07	0.06	0.53	0.51	0.76	0.03	0.03	0.01	0.03	0.03	0.01	0.08	0.09	0.03	0.08	0.08	0.02	0.07	0.08	0.03
2005	0.08	0.08	0.04	0.10	0.11	0.06	0.07	0.07	0.06	0.53	0.51	0.75	0.03	0.03	0.01	0.02	0.02	0.01	0.08	0.08	0.04	0.09	0.09	0.02	0.07	0.07	0.03
2006	0.08	0.09	0.04	0.11	0.11	0.07	0.07	0.07	0.05	0.54	0.52	0.76	0.03	0.03	0.01	0.02	0.02	0.01	0.07	0.07	0.04	0.08	0.09	0.02	0.06	0.06	0.03
2007	0.08	0.09	0.04	0.11	0.12	0.07	0.07	0.07	0.06	0.55	0.53	0.76	0.02	0.03	0.01	0.02	0.03	0.01	0.07	0.07	0.04	0.07	0.08	0.02	0.06	0.06	0.03
2008	0.08	0.08	0.04	0.12	0.12	0.07	0.07	0.07	0.05	0.56	0.54	0.76	0.03	0.03	0.01	0.02	0.02	0.01	0.06	0.06	0.04	0.07	0.08	0.02	0.05	0.05	0.04
2009	0.08	0.08	0.03	0.12	0.13	0.06	0.08	0.08	0.05	0.55	0.53	0.78	0.03	0.03	0.01	0.02	0.02	0.01	0.05	0.05	0.04	0.08	0.08	0.01	0.04	0.05	0.03
Média	0.08	0.09	0.05	0.12	0.12	0.09	0.07	0.07	0.06	0.52	0.48	0.71	0.03	0.03	0.01	0.03	0.03	0.02	0.07	0.08	0.04	0.08	0.10	0.02	0.07	0.07	0.03

Tabela A.23 - Pessoal ao Serviço em Portugal, Norte de Portugal, Douro e ADV segundo a CAE-Rev.2, CAE-Rev.2.1 e CAE-Rev.3.

Actividade CAE Rev 2.1 e Rev 3 - Hoteleira - Alojamento, Restauração e Similares															
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Portugal	-	134 702	142 578	150 644	150 696	154 858	170 118	176 989	178 963	195 633	194 613	275 977	287 482	289 439	277 645
Região Norte	-	25 305	27 744	29 924	29 484	30 284	34 427	36 601	36 692	41 040	41 285	66 393	70 781	69 804	66 557
Douro	-	684	782	863	865	983	1 089	1 255	1 278	1 540	1 510	3 390	3 557	3 395	3 344
ADV	-	648	711	795	799	897	988	1 116	1 112	1 384	1 358	-	2 842	2 675	2 890

Tabela A.24 - Volume de Negócios nas empresas nas regiões de Portugal, Norte de Portugal, Douro e ADV.

	Actividade CAE Rev 2.1 e Rev 3 - Hoteleira - Alojamento, Restauração e Similares															TCMA
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Portugal	-	-	-	-	4 175 199	4 612 091	4 782 008	4 992 214	5 621 400	6 272 613	6 397 965	-	9 615 335	9 844 191	9 542 590	8,6%
Região Norte	-	-	-	-	719 890	811 134	887 251	917 276	1 037 015	1 172 907	1 201 963	-	2 062 953	2 062 195	2 031 095	10,9%
Douro	-	-	-	-	18 190	22 581	23 854	24 944	32 557	36 205	37 775	-	93 259	90 990	94 676	17,9%
ADV	-	-	-	-	16 967	21 298	22 363	23 141	29 155	33 086	34 611	-	74 815	74 067	82 632	17,2%

Tabela A.25 - Evolução do PIB a preços correntes por NUTS III.

NUTS III	Un: 10 ⁶ euros														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Portugal	87.841	93.216	101.146	110.377	118.661	127.317	134.471	140.567	143.472	149.313	154.269	160.855	169.319	171.983	168.504
Região Norte	26.183	27.824	29.774	32.184	34.496	36.379	38.786	40.056	40.125	41.424	42.915	44.593	47.385	48.488	47.205
Douro	1.128	1.220	1.224	1.288	1.386	1.508	1.638	1.677	1.712	1.756	1.886	1.987	2.052	2.157	2.192

Tabela A.26 - Valor Acrescentado Bruto a preços de base por NUTS III e Ramo de Actividade de Serviços.

NUTS III	Actividade de Serviços														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Portugal	50.732,3	53.213,6	58.387,9	63.949,0	69.266,9	75.766,0	80.738,8	85.067,1	87.952,1	92.147,2	95.738,7	99.522,4	105.660,2	109.008,0	110.627,2
Região Norte	13.473,1	14.114,9	15.460,5	16.618,1	17.835,7	19.309,5	20.887,2	21.657,7	22.063,2	22.982,6	24.087,2	25.032,1	26.842,9	27.641,4	28.132,5
Douro	602,4	638,5	700,2	752,7	812,7	918,5	982,4	1.036,3	1.052,9	1.096,6	1.190,1	1.234,1	1.296,9	1.365,7	1.417,2

Tabela A.27 - Valor Acrescentado Bruto a preços de base por NUTS III e Ramo de Actividade - Todas as Actividades.

NUTS III	Todas as Actividade														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Portugal	77.281,5	81.757,5	88.881,0	96.467,7	103.402,8	111.548,7	117.930,8	122.852,5	125.247,4	130.345,4	133.365,7	138.350,3	146.208,8	149.311,1	148.703,2
Região Norte	23.035,8	24.404,0	26.163,6	28.128,4	30.059,8	31.873,1	34.015,4	35.008,5	35.027,9	36.162,1	37.100,1	38.354,5	40.917,1	42.096,4	41.657,9
Douro	992,1	1.070,4	1.075,6	1.125,8	1.208,2	1.321,2	1.436,1	1.465,3	1.494,3	1.532,7	1.630,0	1.709,1	1.771,6	1.872,7	1.934,0